

TIRAGEM
150.000
EXEMPLARES

ISSN 0004-5233

Junho de 2000

Ano 41

Nº 1307

<http://www.amb.org.br>

J
A
M
B

JORNAL DA
ASSOCIAÇÃO
MÉDICA
BRASILEIRA



Eleuses Vieira de Paiva
Presidente

CADE REEDITA AI-5



Revivendo os piores momentos da ditadura militar, o Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica), órgão ligado do Ministério da Justiça, emitiu sentença impedindo os médicos de praticar quaisquer atos em defesa de seus honorários que baseiem-se na Ta-

bela da AMB. Para a classe médica, a medida marginaliza a Constituição e extrapola os limites de ação daquela instituição federal. Instaurado em 94, após representação do Ciefas, o processo acusa entidades médicas de impor a THM, mas, conforme as últi-

mas negociações, caminhava para um acordo. A atitude do Cade surpreendeu a todos, já que, dia 10 de abril, em reunião na sede da AMB, o relator do processo deu claras demonstrações de que o órgão reconhecia a legitimidade da Tabela de Honorários. **Página 6**

Ronaldo Barrozo



Finalizada a etapa inicial das Diretrizes

As Sociedades de Especialidade já estão trabalhando no projeto "Diretrizes para Condutas Médicas", visando à criação de consensos que orientem procedimentos médicos através de uma linguagem uniformizada. As normas foram aprovadas pelo Conselho Científico da AMB, e agora as sociedades científicas definirão os três temas mais importantes em suas respectivas especialidades, acerca dos quais serão elaboradas, em câmaras técnicas, as primeiras diretrizes.

Página 3

AMB e CFM já trabalham na nova LPM

Página 20

Pedida CPI para investigar planos e seguros-saúde

Página 12

AMM discute a Declaração de Helsinki

Página 8

PRÓXIMO DO PODER – A AMB assinou contrato de aluguel do imóvel em Brasília, onde funcionará o escritório de assessoria parlamentar. As obras de acabamento foram iniciadas e sua inauguração está prevista para o mês de julho. **Página 4**

AMB diz não à alteração para pessoa jurídica

Página 13

Diretoria faz balanço de seis meses de gestão

Páginas 9,10 e 11

Novos cursos: SP segue o exemplo de Sta. Catarina

Páginas 5 e 18

EDITORIAL

A infeliz decisão do Cade

ELEUSES VIEIRA DE PAIVA
Presidente da AMB

Causou espécie e perplexidade a decisão do Cade de punir a AMB e outras entidades por uma suposta "invasão da tabela de honorários médicos" às operadoras de planos e seguros de saúde. A Lista de Procedimentos Médicos da AMB tem sido um referencial importante para harmonizar os conflitos entre o interesse da lucratividade excessiva das empresas e o estabelecimento de honorários minimamente aceitáveis. Trata-se de prática corrente, aceita e utilizada por muitas operadoras. Não são poucos os contratos e propostas de credenciamento de médicos, que, espontaneamente, afirmam que "a remuneração será de acordo com a tabela de honorários da AMB". E na prática, o que fazem é criar tabelas próprias, copiadas da AMB, com índices bastante inferiores. Ou seja, as empresas podem impor tabelas aviltantes aos médicos. Já os médicos, na visão do Cade, não podem estabelecer um mecanismo de referência.

O papel do Cade é o de zelar pela ordem econômica. Extrapola suas funções quando impede o direito de livre organização de uma categoria profissional. Beneficia as em-

presas ao permitir o abuso econômico em prejuízo de médicos e pacientes.

O Cade, com essa decisão, é o novo aliado das empresas de planos de saúde na empreitada de repassar para médicos e usuários a suposta diminuição de suas margens de lucro. O impacto da regulamentação; a crise econômica do país; a inflação do setor de saúde; e as novas obrigações previdenciárias têm sido as desculpas mais comuns das operadoras para promover toda sorte de retaliações e abusos.

Dentre as denúncias mais frequentes, encaminhadas pelo Conselho Federal de Medicina à Agência Nacional de Saúde Suplementar, para apuração e providências estão: aumentos detectados pelo Procon; descumprimento unilateral dos médicos; redução dos honorários médicos; oferta de pacotes de atendimento com valores pré-fixados - com interferência na autonomia profissional e risco de deterioração da qualidade do atendimento; restrição de exames diagnósticos e procedimentos terapêuticos; fixação de prazos mínimos entre consultas médicas; exigência de personalidade jurídica na relação de prestação de serviços entre médicos e operadoras.

Pesquisa recente do Dieese comprovou que a média de aumento dos preços pratica-

dos pelos planos e seguros de saúde de 1996 até abril de 2000 é muitas vezes superior ao aumento das consultas médicas, dos exames laboratoriais e das diárias hospitalares. Nesse período, os planos aumentaram em 93,4% suas mensalidades. Quanto aos médicos, os colegas conveniados e credenciados podem responder: qual o aumento que tiveram em seus honorários nesse período? Nenhum, pois o que houve em muitos casos foi a diminuição dos vencimentos e valores de consultas e procedimentos.

Na outra ponta, os órgãos de defesa do consumidor têm registrado recorde de denúncias de aumentos abusivos. Isso porque não há uma política de regulação econômica do setor, envolvendo inclusive a limitação da margem de lucro permissível, como ocorre na regulação de outros setores, como do transporte coletivo.

No final de fevereiro, entidades representativas de usuários, profissionais de saúde e trabalhadores, com a presença da AMB, criaram o Fórum de Acompanhamento da Regulamentação dos Planos de Saúde e aprovaram manifesto que aponta a necessidade de "criação de mecanismos que impeçam a adoção de medidas restritivas, coercitivas ou punitivas que vêm sendo aplicadas, pelas operadoras de planos de saúde, aos prestadores de serviços e profissionais credenciados, o que tem ocasionado diminuição da qualidade do atendimento e da assistência à saúde dos usuários.

Essas mesmas entidades - mais de 80 -

reconheceram os avanços da lei dos planos de saúde, mas pontuaram que, em diversos aspectos, a nova legislação não elimina conflitos e práticas abusivas, sobretudo as impostas aos médicos e pacientes.

Neste cenário, já marcado pela decisão equivocada do Cade, soma-se um fato novo à adaptação do mercado a uma regulamentação que precisa de ajustes importantes e à criação de uma Agência para regular e fiscalizar o setor de saúde suplementar. Numa iniciativa suprapartidária da Câmara dos Deputados, articula-se a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), que já conta com a adesão de quase 300 parlamentares. A missão da CPI será abrir a "caixa preta" dos planos de saúde; expor as planilhas de custos, os gastos com propagandas, marketing e corretagem, os lucros imorais. Também terá obrigação de apurar as denúncias dos médicos e usuários.

Nós, médicos, e toda a sociedade, não suportamos mais assistir a preponderância dos interesses econômicos sobre o exercício digno da medicina e sobre a preservação da saúde e da vida da população. Por isso, lutaremos para que o Cade volte atrás em sua decisão; para que a CPI dos planos de saúde seja instalada e traga à tona a verdade dos fatos; para que o Ministério da Saúde, através da Agência Nacional de Saúde Suplementar, defina políticas coerentes de regulação, inclusive econômica, de um setor que, por enquanto, está levando a melhor.



PALAVRA DO MÉDICO

Planejamento estratégico

Não posso deixar de externar algumas impressões que tive da AMB durante a reunião de planejamento estratégico, realizada de 17 a 19 de março, no Hotel Devile: uma nova filosofia onde os dogmas podem ser transformados em dúvidas, as respostas em perguntas e o ponto de chegada em ponto de partida.

Assim eu senti a proposta da nova AMB, rompendo com o esclerosado e antigo e criando algo inovador, contemporâneo, em um cenário de diálogo.

Esse evento cumpriu a tarefa dessa nova filosofia: permitiu primeiro criticar, depois criar. Foi insight de líder, pois não se sentindo na responsabilidade de criar tudo sozinho, se comprometeu a viabilizar, trazer à luz o que foi criado. Creio que o presidente da AMB tem diminuído a "distância entre intenção e gesto", e com o perfil de quem tem liderança, isto é, de uma

ação que vem de dentro, um impulso refletindo emoção, emerge o poder de influenciar a ação nesse imenso grupo.

Dr. Eleuses, você é uma pessoa com vocação pública, e "toda vocação nasce de uma grande esperança". Torço para que esta seja uma fonte inesgotável dentro de você, mantendo seu brilho.

Isabela B. Goulart

Lentes oftálmicas

Uma questão importante de saúde está sendo deixada de lado pelo poder público: as lentes oftálmicas para óculos. Os abusos neste setor precisam ser contidos em lei para aliviar milhões de brasileiros. Não há nenhum política/órgão que esteja acompanhando este poderoso oligopólio na economia nacional. Os preços praticados no mercado estão afastando os consumidores dos consultórios oftalmológicos e jogando os incautos nas mãos das óticas e dos óticos, sob o pretexto de "não ter que pagar consulta, pagando somente os óculos". Te-

mos averiguado que as lentes chegam às óticas (isto, em todo o País) digamos por R\$ 80,00 o par. E são comercializadas por R\$ 200, R\$ 300 ou mesmo R\$ 500,00 numa margem de lucro que ultrapassa o direito econômico do contribuinte.

Renzo Sansoni
Uberlândia - MG

Título de Especialista I

Recebi meu título atualizado e gostei da forma e do material. Obrigado pela presteza no envio do mesmo.

Marcelo Cunha Fatureto
Uberaba - MG

Título de Especialista II

Acabo de receber meu título de Especialista (Neurocirurgião) e agradeço a colaboração da AMB. Espero que o Título de Especialista seja sempre valorizado.

Ricardo Oliveira
Ribeirão Preto - SP



DIRETORIA

PRESIDENTE
Eleuses Vieira de Paiva

VICE-PRESIDENTES

Ronaldo da Rocha Loures Bueno, Remacle Fischer Junior, Rui Haddad, Lincoln Marcelo Silveira Freire, Neri João Bottin, Samir Dahas Bittar, Jadelson Pinheiro de Andrade, Flavio Link Pabst, Lineu Ferreira Juca, José Luiz Amorim de Carvalho.

SECRETÁRIO-GERAL
Aldemir Humberto Soares

1º SECRETÁRIO
Amílcar Martins Giron

1º TESOUREIRO
Edmund Chada Baracat

2º TESOUREIRO:
José Alexandre de Souza Sittart

DIRETORES:

Cultural - Severino Dantas Filho; **Relações Internacionais** - David Miguel Cardoso Filho; **Científico** - Fabio Biscaglia Jatene; **Defesa Profissional** - Eduardo da Silva Vaz; **DAP** - Martinho Alexandre R.A. da Silva; **Economia Médica** - Lúcio Antonio Prado Dias; **Marketing** - Paulo Roberto Davim; **Saúde Pública** - Mauro Chrysóstomo Ferreira; **Atendimento ao Associado** - Ricardo de Oliveira Bessa; **Jamb** - Horácio José Ramalho.

CONSELHO FISCAL

Membros: Ricardo Saad, Valdeci Ribeiro de Carvalho, Sérgio da Hora Farias, Plínio José Cavalcante Monteiro, Luiz Carlos Espindola, Maria do Carmo Silva Chagas, Any Vieira da Rocha, João Modesto Filho, Eudes Kang Tourinho, Máximo da Costa Soares

JAMB

DIRETOR RESPONSÁVEL
Horácio José Ramalho

REDATOR-CHEFE
César Teixeira (Mtb 12.315)

EDITOR ASSISTENTE
Paulo Henrique Scarpa e Arantes

DIAGRAMAÇÃO
Paulo Roberto Cury

EDIÇÃO E ARTE
Cristiani Paderes Gonçalves

PUBLICIDADE
Américo Moreira Publicações

DEPARTAMENTO COMERCIAL
Fone (11) 3266-6800

TIRAGEM: 150.000 exemplares

PERIODICIDADE: Mensal

FOTOLITO E IMPRESSÃO
OESP Gráfica

REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
Rua São Carlos do Pinhal, 324
01333-903 - São Paulo - SP
Fone (11) 3266-6800
Fax (11) 3266-6631

E-Mail
jamb@amb.org.br

ASSINATURA
Fone (11) 3266-6800, ramal 137
Anual R\$ 36,00; avulso R\$ 3,00.

As colaborações assinadas expressam unicamente a opinião de seus autores, não coincidindo necessariamente com as posições da AMB.

Diretrizes: normas aprovadas

Especialidades já trabalham para a conclusão do projeto “Diretrizes para condutas Médicas”

As Sociedades Brasileiras de Especialidade já estão trabalhando no projeto “Diretrizes para Condutas Médicas”, proposto pela Associação Médica Brasileira e aprovado por seu Conselho Científico no dia 25 de abril, e que contará com a colaboração do Conselho Federal de Medicina. As normas foram elaboradas a partir de discussões entre a Diretoria Científica da AMB e 15 Especialidades, visando à formulação de diretrizes – ou consensos – que orientem procedimentos médicos através de uma linguagem uniformizada.

“Espera-se, assim, dar aos médicos suporte científico para suas decisões profissionais frente aos pacientes, às fontes pagadoras e aos eventuais processos de responsabilidade civil”, explica o texto normativo aprovado.

“Conforme delineado no início desta gestão, discutimos todos os aspectos necessários para que chegássemos a uma proposta de normatização, incluindo desde o nome do projeto até à metodologia a ser empregada”, relata Fábio Jatene, diretor científico da AMB, titular da Pasta que abriga projeto. Os trabalhos estão sendo coordenados pelo doutor Raul Cutait, em atenção ao convite feito pela Associação Médica Brasileira.

Segundo Jatene, ainda no mês de junho as sociedades científicas definirão quais os três temas mais importantes em suas respectivas especialidades, bem

como os profissionais que as representarão nas Câmaras Técnicas, onde as diretrizes serão elaboradas. “As sociedades que já têm diretrizes estarão adaptando-as à linguagem das normas. As que não têm, irão criá-las de acordo com a normatização. Certamente, irão surgir temas comuns a mais de uma

especialidade; nesses casos, sugeriremos que as sociedades envolvidas elaborem, juntas, uma diretriz multisocietária, por exemplo”, adianta Jatene.

“O processo envolve 56 Especialidades. Para que a AMB possa conduzi-lo e implementá-lo satisfatoriamente, limitamos os temas em três para cada sociedade neste primeiro momento”, observa Raul Cutait.

Suporte

“No Brasil, muitas escolas não formam os médicos de maneira conveniente e 35% dos formados não têm acesso à residência. Com a classe sendo

massacrada pelas condições econômicas, sem poder investir na sua atualização, essas diretrizes vêm preencher um espaço muito importante, dando suporte científico para decisões nas áreas de diagnóstico, tratamento e prevenção”, avalia Raul Cutait.

“Nossa intenção, com o projeto, é uniformizar o atendimento num nível alto, sem, contudo, engessar a conduta do médico. Não queremos ver o médico submetido a práticas pouco recomendadas, impostas eventualmente por convênios ou outras fontes pagadoras. Vamos favorecer o exercício da boa medicina”, ressalta Fábio Jatene.

Finalizada a etapa de elaboração das “Diretrizes para Condutas Médicas”, terá início a fase de divulgação e implantação, a qual exigirá empenho ainda maior das entidades envolvidas. “É preciso que as diretrizes sejam conhecidas e adotadas pelos médi-

cos de todo o Brasil. Para isso, serão utilizadas revistas, jornais, Internet etc. Também está sendo analisada a possibilidade de editar um livro com todas as diretrizes”, observa Jatene. Posteriormente, será feita uma avaliação do projeto e seu impacto na prática clínica. Daí em diante, novas diretrizes poderão ser elaboradas.



Fábio Jatene



Raul Cutait



Fotos Osmar Bustos

Aldemir Soares Marco A. Becker, Eleuses Paiva, Fábio Jatene, Raul Cutait (esq. para a dir.) durante a reunião do Conselho Científico na AMB: projeto de Diretrizes visa dar suporte científico aos médicos

Atuação permanente em Brasília

A Associação Médica Brasileira assinou o contrato de aluguel do imóvel que sediará o escritório da entidade em Brasília, conforme aprovado anteriormente em reuniões dos Conselhos Deliberativo e Científico. Com 636,40 m² de área construída, a sub-sede da AMB terá como endereço a Torre Leste do Centro Empresarial Varig, unidade 1.104, bloco B, quadra 4, ao lado do Setor Hoteleiro Norte e ao lado do Congresso. “Nossa idéia é disponibilizar um local próximo ao Congresso e à Esplanada dos Ministérios onde possamos discutir e acompanhar projetos da área da saúde”, disse Aldemir

Humberto Soares, secretário-geral da AMB.

As Federadas e Sociedades de Especialidades filiadas à AMB também poderão utilizar o escritório em Brasília para realizar reuniões. As entidades receberão ainda a orientação de dois assessores – um parlamentar, para os projetos que tramitam no Congresso, e outro executivo, que acompanhará planos em desenvolvimento nos ministérios.

Alguns serviços, como decoração e colocação de piso, serão realizados para adaptar melhor o espaço às necessidades da entidade. A inauguração do escritório em Brasília está prevista para o mês de julho.



Ronaldo Barrozo

Centro Empresarial Varig, local onde funcionará o escritório de assessoria parlamentar da AMB em Brasília: objetivo é ter mais agilidade junto aos órgãos governamentais

Conselho Fiscal elogia administração da AMB

Osmar Bustos

O Conselho Fiscal da Associação Médica Brasileira, reunido no dia 25 de abril, em São Paulo, apreciou e aprovou, conforme descrito em parecer, Relatório de Atividades da Diretoria Executiva, Relatório Financeiro, Balancete Econômico e Balanço Patrimonial da entidade referentes ao período entre 1º de outubro de 1999 e 31 de março de 2000.

O relatório da auditoria realizada pela Boucinhas & Campos – Auditores Independentes também foi aprovado. Ao tomar conhecimento das conclusões da auditoria, o Conselho elogiou a administração da AMB pelo “exitoso processo administrativo-financeiro implementado”.

Em seu parecer, o Conselho também recomenda a adoção de medidas que revertam o déficit operacional observado nos meses em questão, decorrente das inúmeras atividades iniciadas e desenvolvidas pela



Reunião do Conselho Fiscal da AMB: apresentação de sugestões para reversão do déficit orçamentário

atual gestão. Segundo a Tesouraria da AMB, o orçamento apresentado para o ano 2000 já previa uma situação momentânea de déficit, por isso, soluções alternativas para reversão desse quadro encontram-se em vias de concretização.

Participaram da reunião o presidente do Conselho Fiscal, Luiz Carlos Espíndola; o secretário do órgão, Plínio José Cavalcante Monteiro; os conselheiros efetivos Ricardo Saad e Sérgio da Hora Farias; a conselheira suplente Any Vieira da Rocha, o 1º e o 2º tesoureiros da AMB, Edmund Baracat e José Alexandre Sittart; e o administrador da AMB, Paulo Fernando Buccini.

Titulo da AMB é registrado no Inpi

A AMB, através de certificado de registro obtido do Inpi – Instituto Nacional de Propriedade Industrial, conseguiu a garantia de propriedade e do uso exclusivo da marca nominativa “Título de Especialista”. O registro garante à AMB e suas Sociedades de Especialidade filiadas o direito de utilizar, com exclusividade, a marca pelo prazo de dez anos, podendo ser renovado por igual período.

Novos cursos de medicina

Assunto foi levado à Comissão de Saúde da Assembléia Legislativa de São Paulo

A abertura desenfreada de escolas médicas foi o tema abordado recentemente, em campanha lançada, em outubro do ano passado, pela Associação Paulista de Medicina (APM), Conselho Regional de Medicina (Cremesp) e Sindicato dos Médicos do Estado de São Paulo (Simesp), "Novos cursos de medicina fazem mal à saúde", com a publicação do dossiê "Por que somos contra a abertura de novos cursos de medicina". A intenção da campanha foi alertar para a necessidade de uma regulamentação dos critérios, autorização, funcionamento e avaliação dos cursos universitários relacionados com a área de saúde.

O mesmo assunto foi levado à Comissão de Saúde da Assembléia Legislativa de São Paulo, da qual o deputado estadual Pedro Tobias (PDT) é presidente. No dia 4 de abril foi realizada uma audiência pública para discutir o tema e contou com a presença dos presidentes das principais entidades médicas de São

Paulo: Eleuses Vieira de Paiva (AMB), José Luiz Gomes do Amaral (APM), Pedro Paulo Roque Monteleone (Cremesp), José Erivalder Guimarães de Oliveira (Simesp), Regina Stella (Cinaem), da delegada do Conselho Federal de Medicina em São Paulo, Regina Parizi de Carvalho e do representante da Direção Nacional dos Estudantes de Medicina (Denem), Aurélio Pinto. O deputado estadual Walter Feldman, líder do governo na Assembléia, também esteve presente.

Na ocasião, o deputado estadual Vanderlei Siraque (PT) entregou às entidades e à Comissão de Saúde o Projeto de Lei 287/99, de autoria dos deputados Volnei Morastoni e Joares Ponciteli, apresentado na Assembléia Legislativa de Santa Catarina e aprovado no mês passado (mais detalhes na página 18). O projeto servirá de subsídio para a discussão de criação de uma regulamentação para a abertura de novos cursos. Siraque considera importante a participação de enti-



Fotos Osmar Bustos

O presidente da AMB, Eleuses Paiva, fala durante a audiência na Assembléia Legislativa, que contou ainda com os presidentes das principais lideranças médicas de São Paulo

dades representativas do setor na elaboração do Projeto de Lei a ser apresentado na Assembléia Legislativa de São Paulo.

Todos concordam com a necessidade de um Projeto de Lei que regulamente a abertura de novos cursos de medicina. O presidente da APM, José Luiz Gomes do Amaral, destacou que a abertura de escolas médicas acaba "contribuindo com a indústria do ensino, com a indústria da doença e do erro médico, das quais médicos e

pacientes são vítimas". A APM já enviou um documento-base às suas regionais para que os debates e sugestões tenham amplitude e legitimidade.

O deputado estadual Roberto Gouveia (PT), primeiro secretário da Assembléia Legislativa, concorda com Amaral. Em sua opinião, a falta de regulamentação provoca danos irreparáveis à saúde pública. "Não podemos mais conviver com aparelhos de formação profissionais deficientes", afirmou.

O Projeto de Lei de Santa Catarina, usado como base, estabelece pré-requisitos para a criação, autorização de funcionamento, avaliação e reconhecimento dos cursos de graduação na área de saúde. Um de seus artigos estabelece que "o número de vagas para ingresso deve ser adequado e compatível com as condições existentes e com a região geográfica onde se localiza a escola". Todos os aspectos serão discutidos entre as entidades.

Nova função da Comissão de Honorários

A Comissão Nacional de Honorários Médicos instituída para o triênio 1999-2002 realizou sua primeira reunião no dia 11 de maio, na sede da Associação Médica Brasileira, em São Paulo (foto). Na oportunidade, o secretário geral da AMB, Aldemir Humberto Soares, detalhou ao grupo a metodologia adotada para elaboração da LPM/2000, baseada em critérios técnicos, com vistas a um documento consensual, construído pela AMB, através das Sociedades de Especialidade, e pelo Conselho Federal de Medicina, com a participação do Ministério da Saúde e a assessoria econômica da Fipe (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas).

A filosofia que orienta a nova LPM conferirá à CNHM



uma função diferente da que vinha exercendo, desincumbindo-a de decidir sobre nomenclatura, inclusão, exclusão de procedimentos ou fixação de valores. Caberá à comissão, mais especificamente, o encaminhamento de propostas e solicitações, bem como o esclarecimento de indagações acerca da LPM remetidas à AMB.

Na foto, da esquerda para a direita, Mariza D'Agostino Dias (membro pela AMB), Jorge Machado Curi (AMB), Amílcar Martins Giron (1º. secretário da AMB e secretário da comissão), Aldemir Humberto Soares (secretário geral da AMB, na oportunidade representando o presidente, Eleuses Paiva), Paulo Medauar Reis (AMB) e Antonio Gonçalves Pinheiro (CFM).



A coordenadora executiva do Instituto de Defesa do Consumidor (Idec), Marilena Lazzarini, esteve na sede da Associação Médica Brasileira, dia 11 de abril, onde participou de reunião com a Diretoria Executiva. No encontro, os diretores da AMB apresentaram à coordenadora do Idec as metas definidas no planejamento estratégico, entre as quais a viabilização de uma política de qualificação dos planos de saúde. "Acredito que essa proposta representa um redirecionamento na atuação da AMB a caminho do benefício da cidadania", elogiou Marilena. Segundo ela, "a AMB e o Idec terão muito trabalho a realizar juntos."

Decisão truculenta

Cade impede que entidades médicas utilizem a Tabela de Honorários da AMB

O Cade – Conselho Administrativo de Defesa Econômica decidiu, no dia 10 de maio, punir o Conselho Regional de Medicina de São Paulo, Associação Paulista de Medicina, Sindicato dos Médicos de São Paulo, Associação dos Médicos de Santos, Sociedade Brasileira de Patologia, Colégio Brasileiro de Radiologia e Sindicato dos Médicos de Santos, São Vicente, Guarujá, Cubatão e Praia Grande, sob alegação de impor a Tabela de Honorários Médicos da AMB às empresas de plano de saúde. A decisão decorre de uma representação feita pelo grupo Ciefas, em 1994, e surpreende a classe médica, pois um mês antes – dia 10 de abril – a AMB havia realizado uma reunião com o Cade buscando um

entendimento nesse sentido.

“Nosso deslocamento de Brasília para cá (São Paulo) demonstra um compromisso com a sociedade brasileira e a consciência do quanto é importante avançarmos nesta questão”, afirmou durante o encontro o conselheiro do Cade Mércio Felsky, relator do processo. “Normalmente, o Cade rejeita iniciativas envolvendo a utilização de tabelas. Mas, neste caso, adotou uma visão diferente, tendo em vista as necessidades da classe médica e o poder de mercado dos planos de saúde”, ponderou naquela ocasião.

A sentença do Cade, além de entender a conduta das entidades como “infrativas à ordem econômica”, determinou ainda que as representadas: “1) abstenham-se de fixar coletivamente valores de honorários médicos a serem cobrados

dos estabelecimentos prestadores de serviços de saúde ou de empresas de planos de saúde; 2) abstenham-se de interferir nas negociações entre profissionais médicos e entidades ou empresas de convênios ou planos de saúde, bem como de intermediar, promover ou participar dessas negociações quando tenham por finalidade estabelecer honorários, ou a adoção de valores constantes de tabelas ou listas de honorários e procedimentos médicos; 3) abstenham-se de impor aos planos de saúde ou recomendar aos médicos a adoção de quaisquer tabelas de honorários médicos ou listas de procedimentos médicos de qualquer natureza, inclusive as elaboradas pela Associação Médica Brasileira – AMB; 4) abstenham-se de recomendar ou fazer ameaças em nome da ca-

tegoria com a paralisação da prestação de serviços que estejam sendo prestados em decorrência da recusa em observar ou cumprir tabela de honorários ou lista de procedimentos médicos pelos tomadores de tais serviços; 5) abstenham-se de punir, ou ameaçar com punição, qualquer profissional que não utilizar tabela ou lista de honorários ou procedimentos médicos, ou ainda, de impor restrições, discriminação ou dificultar o exercício da atividade profissional dos mesmos; 6) retirem dos estatutos sociais da central médica de convênios, comissão estadual ou municipal de honorários médicos quaisquer dispositivos que dêem às mesmas liberdade para assumir compromissos em nome dos integrantes da categoria e providenciarem para que as entidades a si filiadas, caso houver, tomem essa providência; 7) demonstrem ao Cade, no prazo de 30 dias da publicação da decisão no Diário Oficial da União, o cumprimento da providência acima, remetendo as cópias dos referidos estatutos sociais com a nova redação; 8) o pagamento, por cada uma das representadas, de multa mínima no valor correspondente a 6.000 UFIRs, a ser paga no prazo máximo de dez dias contados da publicação da decisão do Cade no Diário Oficial da União.” O Cade decidiu ainda enviar “ofício ao Ministério da Saúde e ao CFM informando estes órgãos dos propósitos da AMB, de implementação

dos valores da sua Lista de Procedimento Médicos e das decisões do Cade, alertando-os quanto às disposições da Lei nº 8.884/94 e dos objetivos da AMB que, na verdade, busca *cooptar* esses órgãos para figurarem como signatários da referida Lista, afim de dar mais força a este instrumento.”

“É uma decisão arrogante e prepotente”, avalia Edson de Oliveira Andrade, presidente do Conselho Federal de Medicina. “Transforma em nada toda a luta da categoria até o momento. Temos que ter competência para sustar essa sentença”, afirma.

A diretoria da Associação Paulista de Medicina divulgou comunicado oficial declarando que “esta medida fere os princípios constitucionais que garantem o direito de se organizar em associações, sindicatos em defesa de seus interesses coletivos” e que “os grande beneficiados são empresas de planos e seguros-saúde que sempre impuseram reajustes abusivos com o objetivo de aumentar cada vez mais seus lucros.”

“O Cade ultrapassou seus poderes e marginalizou a Constituição com essa decisão truculenta e autoritária, por isso merece o repúdio de toda a classe médica”, afirma o presidente da AMB, Eleuses Paiva, que convocará uma reunião para decidir quais as providências serão tomadas pelas entidades médicas envolvidas.

Associação americana cria Central de Convênio

Seguindo na contramão do que sentenciou o Cade às entidades médicas brasileiras, a Associação Médica Americana decidiu criar a sua própria Central de Convênio, com objetivo principal de defender os médicos nas negociações junto aos planos de saúde. A Central, denominada PRN, foi criada em novembro do ano passado, e atualmente é presidida por Susan H. Aldeman, cirurgiã pediátrica da cidade de Southfield, Michigan.

“Estou convencida que este tipo de organização é hoje absoluta-

mente necessária, quando diferentes partes estão envolvidas na relação médico-paciente”, afirmou Susan por ocasião de sua posse.

Recentemente, médicos de Detroit elegeram a entidade como organização representativa de seus interesses na negociação contra a empresa Wellness Plan, um plano de saúde sediado em Detroit, obtendo duas vitórias neste ano: em janeiro a Wellness Plan perdeu sua primeira ação na justiça. Entrou com um recurso em Washington e no mês passado sofreu nova derrota de sua apelação.



Reunião da Associação Médica Mundial: AMB representou a posição dos médicos brasileiros



Fotos: Arquivo

J. Germano de Souza, presidente da Ordem dos Médicos de Portugal (camisa azul), entre o presidente da AMB, Eleuses Paiva, e o diretor David Cardoso. Ao lado, Antonio Vaz Carneiro, da Universidade de Lisboa.

Helsinki: assunto na AMM

Declaração de Helsinki foi o tema principal da reunião da Associação Médica Mundial

Um dos principais assuntos da reunião da Associação Médica Mundial – AMM, realizada entre os dias 4 e 7 de maio, em Divone, na França, a primeira em que a AMB participou como membro da entidade, foi com relação à Declaração de Helsinki. Como resultado principal, a decisão foi eleger um comitê que terá a incumbência de elaborar um documento reunindo o consenso entre as proposições elaboradas pelas entidades de vários países.

No mês de março a Associação Médica Brasileira já havia encaminhado o documento “Carta de Brasília”, com a posição do Brasil em relação ao assunto,

resultado das discussões ocorridas durante o Fórum Nacional Declaração de Helsinki, realizado em Brasília. A “Carta de Brasília” sugere modificações mínimas e essenciais sem grandes mudanças na estrutura e no conteúdo da Declaração. Os Estados Unidos, por sua vez, pleiteiam alterações no capítulo 24 da Declaração, tomando inócua a aplicação do conteúdo ético da Declaração em relação aos países pobres.

“Diante das divergências entre os países, esse Comitê ficou encarregado de elaborar um documento único que será novamente discutido entre as filiadas da AMM e cuja votação final está prevista

para o mês de outubro”, explica David Miguel Cardoso Filho, diretor de Relações Internacionais da AMB que, juntamente com o presidente Eleuses Paiva, representaram o Brasil na reunião.

Outros assuntos discutidos no encontro foram o projeto Genoma – houve consenso entre todos os países com posição contrária à cessão da patente – além de decisões específicas para problemas inerentes aos países filiados.

Em Lisboa, o presidente da AMB e o diretor de Relações Internacionais foram recebidos pelo presidente da Ordem dos Médicos de Portugal, J. Germano de Souza, e por dirigentes

da Universidade de Lisboa.

“Foi uma oportunidade para conhecer como funciona a Ordem em Portugal”, afirma Cardoso. “Tivemos acesso a toda história, incluindo detalhes de como foi criada e seus aspectos legislativos e legais”, completa.

Segundo David Cardoso, a Ordem dos Médicos de Portugal e o Sindicato dos Médicos são as entidades responsáveis pela defesa dos interesses da classe naquele país. Ambas atuam de forma conjunta em suas respectivas áreas, sendo que o Sindicato se preocupa com o setor trabalhista e a Ordem atua junto aos aspectos éticos e científicos.

Martinho: Cidadão Hononário

O diretor do Departamento de Assistência e Previdência da AMB, Martinho Álvares da Silva, recebeu, dia 6 de abril, o título de Cidadão Honorário de Porto Alegre. Natural de Patos de Minas (MG), Martinho, 56 anos, conta que “nasceu para Porto Alegre” no dia 28 de setembro de 1961, quando a família para lá se mudou – “cumprindo o périplo de acompanhar nosso pai, fiscal do Imposto do Consumo”, lembra.

Médico anestesista, formado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, há anos vem se destacando no movimento associativo, tendo presidido a Associação Médica do Rio Grande do Sul por três gestões. Na Amrigrs, hoje é diretor de Relações Públicas e Sociais. Além disso, é membro da Comissão do Programa Nacional de Avaliação de Cursos do Ministério da Educação – o “Provão”.

“Os interesses defendidos

pela Amrigrs sempre foram os mais legítimos da nossa coletividade. Nunca transgredimos, transigimos ou subordinamos a qualquer fator comezinho a defesa da dignidade do médico, da medicina e dos pacientes. Sempre tivemos a ética como nosso norte e a inserção do médico como um profissional liberal socialmente comprometido com a comunidade como bandeira de luta”, discursou o dirigente ao receber a condecoração.



Martinho A. da Silva recebe o título de Cidadão Honorário de Porto Alegre

Divulgação

Diretoria: seis meses de gestão

TESOURARIA

Os trabalhos da Tesouraria da AMB, desde o início da atual gestão, vêm sendo direcionados, prioritariamente, à obtenção de mais recursos financeiros, de forma a reverter o déficit orçamentário previsto para este ano pela diretoria anterior.

“Os repasses referentes à Contribuição Associativa não são suficientes para viabilizar economicamente os projetos assumidos pela atual diretoria, todos fundamentais à classe médica e indispensáveis para a melhoria da saúde no País”, afirma o 1º. tesoureiro da AMB, Edmund Chada Baracat.

Por isso, além de ações visando reduzir a inadimplência e aumentar o número de associados, as quais já apresentam resultados positivos, como a elevação de 15% no número de sócios, a Tesouraria tem procurado fontes alternativas de receita. “Estamos acertando patrocínios para projetos e otimizando nossos serviços na área de seguros”, exemplifica Baracat. Também estão sendo buscadas novas parcerias visando a oferecer aos médicos cartões de crédito e afinidades com benefícios diferenciados, os quais serão revertidos em prol da AMB. As negociações nesse sentido estão avançadas e incluem Banco Real, Banco do Brasil e Visa.

Auditoria

“Por recomendação da Assembléia de Delegados e do Conselho Deliberativo, a AMB contratou, após licitação, um serviço de auditoria externa para analisar suas contas”, relata José Alexandre de Souza Sittart, 2º. tesoureiro da AMB.

O relatório da auditoria, realizada pela Boucinhas & Campos – Auditores Independentes, referente às contas do período entre 1º. de outubro de 1999 e 31 de março de 2000, foi aprovado pelo Conselho Fiscal da AMB, que se reuniu no dia 25 de abril, em São Paulo.

Com base nas conclusões da auditoria, os conselheiros incluíram, em seu parecer, elogio à Administração da AMB pelo “exitoso processo administrativo-financeiro implementado.”



José A. Sittart: contas da AMB são analisadas por auditoria externa



Edmund Baracat: receitas alternativas para novos projetos

SECRETARIA

A Secretária da Associação Médica Brasileira nunca teve tantas responsabilidades quanto nesta gestão. “Principalmente depois do planejamento estratégico, nossas atribuições aumentaram, em razão das várias frentes de atuação que foram criadas”, diz o secretário geral da AMB, Aldemir Humberto Soares.

“Além das incumbências que a Pasta sempre teve, estamos cuidando de secretariar os trabalhos específicos sobre a nova Lista de Procedimentos Médicos, o projeto Diretrizes para Condutas Médicas, a reformulação do Clube Médico, a revisão do Sinam, as reuniões Comissão Nacional de Defesa do Exercício Profissional, a estruturação do escritório de assessoria política em Brasília etc”, relata Aldemir. “Tudo passa pela Secretaria”, observa.

A dedicação da Secretaria tem garantido à AMB trabalhar no ritmo que o movimento médico exige. “Hoje, as reuniões do Conselho Científico, por exemplo, acontecem quase que semanalmente, e com uma presença muito maior das Sociedades de Especialidade. Também as Federadas estão muito mais envolvidas nas iniciativas da AMB”, constata o dirigente. “Para que todas as atividades deem-se sem atropelos, preparamos o calendário cuidadosamente, considerando disponibilidades de datas locais”, explica.

1ª Secretária

Além de coordenar, junto com toda a Diretoria Executiva, as atividades das frentes de atuação definidas durante o planejamento estratégico, o 1º. secretário da AMB, Amílcar Martins Giron, secretaria os trabalhos da Comissão Nacional de Honorários Médicos. “Até a gestão passada, a CNHM respondia por tudo o que fosse referente a honorários, inclusive decidindo sobre nomenclatura e valores de procedimentos. Agora, adquiriu uma função diferente, mais direcionada a solucionar dúvidas e consultas de associados sobre a LPM, encaminhando às Especialidades as questões que necessitem de parecer”, explica (leia sobre a primeira reunião da CNHM na página 5).



Amílcar Giron: atuação na Comissão Nacional de Honorários



Aldemir Soares: novas atribuições diante da nova filosofia da AMB

PRESIDÊNCIA

Quando assumiu a AMB, em outubro de 1999, uma das primeiras providências do presidente Eleuses Paiva foi esclarecer a classe médica quanto à polêmica que dominava a mídia: os medicamentos genéricos.

“Somos a favor dos genéricos e cobraremos das autoridades uma fiscalização rígida e competente sobre os medicamentos,” afirmou na época. Em seguida, deu início a realização dos projetos propostos em sua plataforma de trabalho. Firmou parceria com o Conselho Federal de Medicina para o desenvolvimento de uma agenda em comum envolvendo aspectos relativos à classe médica: abertura de escolas médicas, Educação Médica Continuada, trabalho de médicos estrangeiros no País e a Lista de Procedimentos Médicos.

“Nossa união trará avanços concretos e significativos à classe e fortalecerá muito o movimento médico”, garante Eleuses.

No sentido de tornar as discussões acerca da LPM/2000 mais abrangente possível, a AMB reuniu as Especialidades, CFM, Unimed, Ciefas, Abraspe e Ministério da Saúde, além da Fipe, que está assessorando os trabalhos, para uma ampla discussão. “Nossa intenção é a adoção de uma metodologia consensual em sua elaboração”, explica Eleuses.

Ainda em defesa da classe, juntamente com o Cremesp, APM e Sindicato dos Médicos, a AMB promoveu o “Dia de Alerta” informando a população sobre a redução de honorários médicos por parte de empresas de planos de saúde. Outros acordos foram firmados: com a Fiocruz, para cooperação e atuação nas principais questões relacionadas à saúde pública; Cinaem, na qual a AMB voltou a ter participação ativa e também com a Associação Médica Mundial, onde, depois de 15 anos afastada, a AMB voltou a integrar o quadro de filiadas. Por sugestão de presidência, assuntos remanescentes da diretoria anterior estão sendo reavaliados pela nova diretoria. A Comissão do Sinam, presidida por José Guerra Lages, discute e avalia o assunto. Eleuses Paiva acumula também a presidência da Comissão do Clube Médico, cuja meta é a elaboração de uma proposta de reformulação.

Paralelamente a esse trabalho, vem sendo realizada a implantação do escritório parlamentar em Brasília, onde a AMB deverá ter forte atuação, política, além de reuniões com parlamentares de todos os estados no sentido de conseguir a aprovação da PEC da Saúde. Ações práticas de um plano de marketing, buscando aproximar a entidade dos médicos, também está em desenvolvimento. Para elaborar um programa de metas de atuação a AMB realizou no mês de março, em São Paulo, uma reunião de planejamento estratégico, da qual resultou mais de 30 propostas de trabalho para os problemas da classe médica e da saúde em geral. No mês passado a AMB deu andamento ao projeto “Diretrizes para condutas médicas” definindo as normas para sua elaboração.



Eleuses Paiva: união com o CFM em defesa da classe médica

Diretoria: seis meses de gestão

JAMB

A principal meta da Diretoria do Jamb, quando assumiu o jornal em outubro do passado, era transformar o mais importante meio de comunicação da AMB num veículo respeitado, de agradável leitura, com qualidade gráfica e editorial e, acima de tudo, que se transformasse no porta-voz da maior entidade médica nacional.

O primeiro trabalho nesse sentido foi elaborar uma pesquisa junto à classe médica buscando uma efetiva participação dos leitores com o jornal e, ainda, com a intenção de conhecer o perfil do leitor do Jamb.

“Entendíamos que não bastava fazer um jornal dirigido ao médico, queríamos apresentá-lo como um produto que ele tivesse prazer em ler”, afirma Horácio José Ramalho, diretor do Jamb.

O resultado da pesquisa, já publicado na edição anterior, foi surpreendente: cerca de 5 mil médicos responderam ao

questionário, representando um percentual de 3,2%. Além de dados importantes que delinearam a preferência de leitura, as respostas também forneceram informações extremamente importantes para conhecimento do perfil do leitor. Tendo como base esses dados, a Diretoria do Jamb vem imprimindo em cada edição do jornal as preferências

apresentadas pelos médicos.

“Abrimos mais espaço às Federadas e Sociedades de Especialidade para que possam dividir com os leitores do Jamb, e não somente com seus associados, suas atividades, movimentos e conquistas.

Além disso, estamos, aos poucos, promovendo alterações gráficas e editoriais no sentido de tornar sua leitura muito mais agradável. O mais importante, porém, é que aumentamos o número de páginas e também a tiragem do Jamb, que hoje chega às mãos de 150 mil leitores”, finaliza Ramalho.



Horácio Ramalho: “Jamb chega às mãos de 150 mil leitores”

SAÚDE PÚBLICA

As metas da Diretoria de Saúde Pública da AMB foram definidas durante o planejamento estratégico da entidade, realizado no mês de março, em São Paulo. No encontro, os principais pontos foram elencados, com algumas necessidades emer-

genciais, entre elas o efetivo funcionamento do escritório da AMB em Brasília, além da contratação de um assessor parlamentar.

“É de fundamental importância que a AMB tenha esse escritório funcionando em Brasília”, afirma o diretor de Saúde Pública da AMB, Mauro Chrysóstomo Ferreira. “Temos que ter contato direto com os órgãos e parlamentares que influenciam as decisões na área da saúde do País. Especificamente em nossa diretoria, a atuação será intensa jun-

to ao Congresso e ao Ministério da Saúde buscando soluções para a saúde pública.

Esse trabalho junto aos parlamentares, embora o escritório de Brasília ainda não tenha sido inaugurado, já teve início no Estado de Minas Gerais, com a realização de reuniões com três senadores mineiros: Arlindo Porto, José de Alencar e Francelino Pereira. O assunto em pauta foi a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional 86-A, já foi aprovada pela Câmara dos Deputados, restando para entrar em vigor passar pelo Senado Federal.

Segundo Mauro Chrysóstomo, além da aprovação da PEC, sua diretoria tem outra meta prioritária: convencer o governo a aumentar, em nível nacional, as equipes do programa Saúde da Família.



Mauro Chrysóstomo: aprovação da PEC da Saúde é prioridade



Martinho Alexandre: busca pela qualidade no Ensino Médico

DAP

Nos últimos seis meses o Departamento de Assistência e Previdência - DAP, vem priorizando seu trabalho no desenvolvimento de sua principal meta: disponibilizar aos associados da AMB e suas Federadas um plano de assistência no sentido de garantir tranquilidade para que o profissional possa desenvolver o seu trabalho.

“Estamos em contato com duas instituições buscando realizar um plano de assistência privada e, fundamentalmente, de aposentadoria”, afirma Martinho Alexandre Reis Álvares da Silva, diretor do DAP. “As negociações estão evoluindo e o mais importante nesta parceria é que a AMB não será uma simples cliente de uma instituição ou plano de previdência. Seremos os titulares do empreendimento e todo o lucro será repassado diretamente para a entidade.

Ao mesmo tempo, o diretor do DAP desenvolve um trabalho junto à área de ensino médico. Através da sua diretoria, integra a comissão do Inep - Instituto Nacional de Ensino e Pesquisa, órgão do Ministério da Educação. Recentemente, esta Comissão finalizou um trabalho, a partir do último provão, realizando um levantamento completo de avaliação sobre as escolas de médicas do País, incluindo titulação de corpo docente e instalações da faculdade. Esse relatório servirá como base para as decisões do Ministério da Educação em relação ao recredenciamento das escolas médicas, que acontece de cinco em cinco anos.

“Além do Inep, temos participado ainda dos trabalhos na Comissão Interinstitucional de Avaliação do Ensino Médico - Cineaem, da qual a AMB também é integrante”, finaliza Martinho.

DEFESA PROFISSIONAL

Desde o início da atual gestão, a Diretoria de Defesa Profissional da AMB tem atuado em atenção às demandas relativas à sua área. Sua linha de ação efetiva, entretanto, foi definida durante o planejamento estratégico, no último mês de março, quando decidiu-se pela criação da Comissão Nacional de Defesa do Exercício Profissional.

As prioridades: edição de um Manual de Defesa do Exercício Profissional; incentivar a criação de comissões estaduais e municipais para orientar o médico em questões jurídicas e frente à imprensa; fortalecer os departamentos de convênios e auxiliar sua criação onde não existam; organização de um fórum nacional sobre mercado de trabalho nos setores público e privado, responsabilidade civil e penal do médico e implantação da nova LPM; e a realização de uma Campanha Nacional de Humanização do Atendimento Médico. A comissão é compos-



Eduardo Vaz: “Planejamento estratégico definiu ações”

ta por Eduardo Vaz (AMB), Lincoln Freire (AMB e Sociedade Brasileira de Pediatria), José Luiz Gomes do Amaral (Associação Paulista de Medicina), Newton Barros (Associação Médica do Rio Grande do Sul), Marcos Sarvat (Sociedade Médica do Estado do Rio de Janeiro e Sociedade Brasileira de Otorrinolaringologia), Nabyh Salun (Associação Médica de Goiás) e Casimiro Pereira Júnior (Associação Nacional de Medicina do Trabalho).

“Todas estas proposições serão levadas à Diretoria Executiva e ao Conselho Deliberativo da AMB. Aprovadas, serão colocadas em prática pela Comissão”, informa o diretor de Defesa Profissional da AMB, Eduardo Vaz.

Paralelamente, a Pasta já cuidou de preparar e divulgar nota alertando os médicos sobre as vantagens e desvantagens de passarem a prestar serviços às empresas como pessoa jurídica, em resposta às pressões que têm sofrido nesse sentido.

CULTURAL

Para iniciar suas atividades, a Diretoria Cultural realizou um levantamento para conhecer a situação das 27 Federadas da AMB. O mapeamento entre todos os estados do País apresentou o seguinte resultado: apenas nove Federadas não têm Departamento Cultural, uma está com departamento desativado e 15 têm Departamento Cultural em atividade. Outras duas não responderam.

“Agora estamos elaborando um questionário que será enviado às Federadas para que nos respondam como está sendo desenvolvido a atividade cultural em seu estado, o que já foi feito nos últimos anos, qual o projeto para este ano”, explica o diretor Cultural da AMB, Severino Dantas Filho.

Além disso, a Diretoria Cul-

tural já elencou as seguintes propostas que deverão ser desenvolvidas no decorrer desta gestão: criação de um espaço cultural na sede da AMB para divulgação das atividades culturais; divulgação dos traba-



Severino Dantas: pesquisa entre todas as Federadas

lhos culturais dos médicos; inserir no calendário de eventos das Federadas e da AMB a “Semana do Médico” e fazer com seja um evento de maior aproximação das Federadas e AMB com a comunidade; incentivar a realização da Medalha do Mérito Médico; incentivar as Federadas no trabalho de resgate da memória da medicina em seu estado (Museu do Médico) e a criação de uma página na Internet para divulgação das atividades culturais das Federadas e dos associados da AMB.

Diretoria: seis meses de gestão

ECONOMIA MÉDICA

A elaboração da nova Lista de Procedimentos Médicos será a principal tarefa da recém-criada Diretoria de Economia Médica da Associação Médica Brasileira, dirigida pelo médico sergipano Lúcio Antonio Prado Dias. Fruto de exaustivas discussões no planejamento estratégico da AMB, ocorrido em março último, a nova LPM será feita de acordo com critérios técnicos rígidos, com assessoramento de institutos econômicos experientes, privilegiando o ato médico, com ampla discussão prévia nas sociedades e classe médica como um todo.

Nesse sentido, desde o mês de fevereiro os primeiros contatos começaram a ser mantidos entre a AMB e a Fipe, e de lá para cá diversas reuniões ocorreram no sentido de definir a metodologia

a ser aplicada na LPM.

Outros temas a serem acompanhados pela Diretoria de Economia Médica dizem respeito ao trabalho e remuneração médica no Sistema Público de Saúde, a questão dos médicos

generalistas incluídos no Programa Médico de Família do Ministério da Saúde, que não possuem um plano de cargos e salários, desencadear o processo de acreditação dos planos de saúde existentes no País, entre outras ações. Outra ação definida

no planejamento estratégico foi o apoio à luta sindical pela aprovação do Piso Salarial do Médico. A Diretoria de Economia Médica pretende também desenvolver estudos visando informatizar o consultório médico com programas de gerenciamento de fácil manipulação e aquisição, através convênios com instituições da área.



Lúcio Prado: prioridade é a nova Lista de Procedimentos

MARKETING

Em seis meses de trabalho a Diretoria de Marketing elaborou um plano de atuação que tem como meta principal aproximar ainda mais a AMB de suas entidades filiadas. "Nossa intenção é tornar a AMB parte do dia-a-dia do médico", destacou o diretor de Marketing, Paulo Davim. O projeto foi apresentado a toda Diretoria da AMB, Federadas e Sociedades de Especialidade no dia 17 de março, durante a realização do planejamento estratégico. O trabalho já foi analisado pela Diretoria Executiva da AMB, que deverá decidir pela viabilização do projeto e execução das ações.

O projeto de marketing possui estratégias definidas como a criação de um site interativo, a participação da entidade nos congressos de filiadas e a realização de uma campanha publi-

citária. A campanha foi desenvolvida pela Diretoria de Marketing em parceria com uma empresa especializada, a RAF Comunicações e Marketing. O material desenvolvido inclui folders, encartes para revistas científicas e jornais e cartazes para exposição em clínicas, hospitais e faculdades, destacando a importância da AMB, bem como suas propostas.

A instituição da Carteira Nacional do Médico como um documento de identificação pessoal e profissional é outro benefício a ser viabilizado, concedendo descontos em locadoras, assinatura de jornais, passagens de avião, hotéis e inscrição de congressos médicos. Alunos de 5º e 6º anos poderão obter a carteira pela condição de sócio-provisório. A idéia é auxiliar, desde então, os estudantes de medicina, orientando-os sobre cursos de pós-graduação e residência.



Paulo Davim: meta é aproximar AMB de todas as suas filiadas



David Cardoso: atuação intensa junto às entidades internacionais

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A primeira providência tomada pelo diretor David Miguel Cardoso Filho, ao assumir o Departamento de Relações Internacionais, foi, juntamente com a secretária geral da entidade, realizar um levantamento no sentido de conhecer quais entidades com que AMB mantinha relações internacionais. Completada esta etapa, passou-se a estudar os regulamentos e estatutos de cada entidade no sentido de conhecer em detalhes as funções de cada uma delas.

A Associação Médica Brasileira, através de sua Diretoria de Relações Internacionais, participou de todas as reuniões realizadas até o momento neste ano: Confemel – Confederação Médica da América Latina e do Caribe, na Colômbia e Chile; Cims – Comissão de Integração dos Médicos do Mercosul, no Uruguai e Argentina, e da Associação Médica Mundial, na França, além de contatos com a Ordem dos Médicos de Portugal.

"Devido ao grande volume de trabalho, e com a aprovação da presidência, entendemos que deveríamos criar uma comissão no sentido de dinamizar ainda mais nossa área de atuação, especialmente na Cims", explica David Cardoso.

Para integrar essa comissão foram convidados Amílcar Martins Giron, primeiro-secretário da AMB e Remaclo Fischer Júnior, vice-presidente da região Sul.

"A principal meta da nossa diretoria para os próximos dois meses é articular uma mobilização política no sentido de incluir o maior número de entidades médicas brasileiras no SGT 11" (Sub Grupo de Trabalho)", finaliza David Cardoso.

CIENTÍFICA

Seguindo orientação da nova diretoria da AMB, o Departamento Científico, através do diretor Fábio Jatene, deu andamento ao projeto sobre "Diretrizes para Condutas Médicas". Como coordenador do projeto foi nomeado Raul Cutait e diversas reuniões com as Sociedades de Especialidade aconteceram desde o início do ano para conclusão do projeto.

"Após a apresentação e discussão do plano, ficou definido que haveria necessidade de uma normatização para dar início ao processo. Isso foi definido na última reunião do Conselho Científico, em maio, ficando contemplados pontos como denominação, metodologia, assuntos e afecções, cronograma de elaboração, entre outros," explica Fábio Jatene.

Agora, as sociedades definirão quais os três temas mais importantes em suas respectivas especialidades, bem como os profissionais que as representarão nas Câmaras Técnicas, onde as diretrizes serão elaboradas. As sociedades que já têm diretrizes estarão adaptando-as à linguagem das normas. As que não têm, irão criá-las de acordo com a normatização já definida pelo Conselho Científico.

RAMB

A Revista da AMB, que também é coordenada pelo Departamento Científico, sofrerá várias alterações com a indicação do novo editor, Maurício Wajngarten. Além da mudança no Conselho Editorial, foram criadas novas áreas editoriais e introduzidas novas seções na Revista, além dos artigos originais.



Fábio Jatene: trabalho pela elaboração das Diretrizes

DAA

Desde que assumiu o Departamento de Atendimento ao Associado - DAA, o diretor Ricardo Bessa vem trabalhando no sentido de conhecer o que as Federadas estão disponibilizando aos seus associados em seus respectivos estados. Foi com esse objetivo, visando conhecer com profundidade esses benefícios e também com o intuito de elaborar uma proposta de ação conjunta, que o DAA realizou uma pesquisa em nível nacional.

"O resultado desta pesquisa foi muito importante para que pudéssemos saber o que nossas filiadas vêm desenvolvendo em favor do seu sócio. Esses dados estão delineando o nosso trabalho, pois não queremos concorrer ou conflitar com o que está sendo feito pelas nossas Federadas", explica Bessa.

A pesquisa mostrou também que há estados onde o setor é extremamente avança-

do e organizado, outros, porém, não disponibilizam este tipo de departamento.

"A partir de agora, nosso objetivo será incrementar o que já vem sendo realizado pela Federada, ou dar início ao trabalho naqueles estados que ainda não possuem essa forma de prestação de serviço", continua Bessa. "Sabemos que algumas Federadas têm parcerias interessantes, com ótimos resultados para os associados. Nossa idéia é estender, com sucesso, algo que já deu certo num estado para outros", conclui.

Além dessa atividade junto às Federadas, o Departamento de Atendimento ao Associado também vem mantendo diversos contatos com instituições financeiras, empresas de serviços médicos, de equipamentos e de tecnologia em informática, buscando novos produtos para futuras parcerias.



Ricardo Bessa: ação conjunta da AMB com as Federadas

CPI para os planos de saúde

Solicitada a criação de uma CPI para investigar planos e seguros privados de saúde

Deputados federais de vários partidos – governistas e de oposição – deram o primeiro passo para a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar supostas irregularidades praticadas por planos e seguros privados de saúde. A iniciativa foi do deputado Henrique Fontana (PT-RS), que protocolou junto à Mesa Diretora da Câmara, no dia 24 de maio, solicitação de instauração da “CPI dos Planos”, reunindo a assinatura de 280 deputados. A proposta conta com o apoio da Associação Médica Brasileira, Conselho Federal de Medicina e Ins-

tituto Nacional de Defesa do Consumidor (Idec).

“A razão de pedirmos uma CPI é o grande volume de conflitos entre usuários e prestadores de serviços e as operadoras. Queremos aprofundar o debate sobre esse setor”, diz Fontana. “A legislação vigente não está assegurando uma relação equilibrada entre as partes”, argumenta.

O parlamentar reclama da falta de controle sobre os preços cobrados pelos convênios. Segundo o deputado, as empresas de saúde não são obrigadas a apresentar planilhas de custos, o que dificulta a fiscalização por parte dos órgãos

responsáveis, permitindo aumentos abusivos, limitação de prazos de internação, cobertura e negação de atendimento.

Médico, ex-secretário da Saúde de Porto Alegre (RS), Fontana ressalta que os médicos “estão sendo constrangidos a negligenciar sua conduta para beneficiar as operadoras de planos de saúde”, e



Deputado Henrique Fontana

acrescenta: “As entidades representativas desses profissionais recebem constantemente denúncias de pressões nesse sentido, inclusive com ameaças de descredenciamento.”

Para a formalização do pedido de CPI seriam necessárias no mínimo 171 assinaturas. As 280 conseguidas, entretanto, não garantem a instalação da comissão

de inquérito. Mesmo assim, o deputado gaúcho está otimista devido, principalmente, ao caráter pluripartidário que a causa adquiriu. “A partir de agora, será preciso um grande esforço político para que a CPI seja instaurada. O empenho das entidades médicas, com o peso de sua representatividade, será fundamental”, adianta.

A Comissão de Seguridade da Câmara já demonstrou que o Legislativo está aberto ao debate da questão. Com a participação da AMB, CFM, Idec, Procon, ANSS e Conselho Nacional de Saúde, será realizado, dia 28 de junho, no âmbito da Comissão, um seminário sobre o setor.

PEC da Saúde vai ser votada

Há sete anos tramitando no Congresso, a “PEC da Saúde – Proposta de Emenda Constitucional 86-A, que vincula ao SUS recursos orçamentários da União, estados e municípios, finalmente vai ser votada. Aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado, deverá ser votada em plenário, em primeiro turno, no dia 7 de junho.

Segundo avaliação dos líderes governistas, a tendência é que seja aprovada, apesar da resistência por parte da equipe econômica e do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, pois hoje a maioria dos partidos defende sua aprovação. A constatação decorre de reunião entre in-

tegrantes do Conselho Nacional de Saúde e lideranças no Senado, realizada dia 10 de maio, quando os conselheiros entregaram aos senadores carta aberta expondo a posição da entidade e de outras organizações em favor da proposta.

“Estou aqui para confirmar meu apoio ao projeto, que beneficia milhões de brasileiros”, disse o senador Geraldo Althof (PFL-SC). A declaração ganha destaque pelo fato de o parlamentar ser do único partido que tem apresentado resistência à medida, a qual tem apoio do Ministério da Saúde e de todas as outras bancadas, governistas ou de oposição.

Explorando os médicos

Empresas querem obrigar os profissionais a credenciarem-se como pessoa jurídica

Empresas de medicina de grupo, autogestão e seguradoras de saúde encontraram mais uma maneira de tirar proveito do trabalho médico. Seguindo o exemplo da Golden Cross, Marítima e Interclínicas, estão tentando obrigar os profissionais de seus quadros a credenciarem-se como pessoa jurídica. A posição da Associação Médica Brasileira foi clara e rapidamente transmitida à classe médica por meio de Nota Oficial (reproduzida nesta página).

“Entendemos que o médico tem o direito de alterar sua condição de pessoa física para jurídica como prestador de serviços se isso for do seu interesse. Não podemos admitir, entretanto, que empresas ameacem, até com descredenciamento, aqueles que querem trabalhar como pessoa física”, afirma o diretor de Defesa Profissional da AMB, Eduardo Vaz. Tal postura foi corroborada em reunião da Comissão Nacional de Defesa do Exercício Profissional, realizada dia 5 de maio, em São Paulo.

Para o presidente do Conselho Federal de Medicina, Edson de Oliveira Andrade, a atitude dos convênios “interfere diretamente no exercício profissional do médico”. O dirigente diz, ainda, que as empresas querem usar os prestadores de serviço para aliviar compromissos fiscais: “Não somos responsáveis pelas empresas diante dos órgãos governamentais de arrecadação.”

Representante do CFM na Agência Nacional de Saúde Suplementar, Regina Parizi Carvalho está encaminhando denúncias e solicitando providências contra as empresas. “Acho importante que os médicos se aglutinem em torno das suas entidades representativas, apontando, também para a população, os convênios que agem de forma antiética e ilegal”.

“Trata-se de mais uma imposição das firmas de saúde e seguradoras, que vai fazer com que os honorários tenham uma perda de aproximadamente 30%”, ataca o presidente do Conselho Regional



Fotos Osmar Bustos

À esquerda, reunião da Comissão Nacional de Defesa do Exercício Profissional da AMB, que teve sua posição ratificada por dirigentes da classe médica. Abaixo, Edson de Oliveira Andrade (CFM); Pedro Paulo Roque Monteleone (Cremesp) e Regina Parizi (CFM).

de Medicina do Estado de São Paulo, Pedro Paulo Monteleone. “Estamos lutando, mas fica muito mais difícil quando há o poder econômico por trás”, constata. “Como se não bastasse, algumas firmas, além de pressionar os médicos para que trabalhem como pessoa jurídica, reduziram os honorários de forma vil; outras, estão inadimplentes com os serviços e com os médicos.”



Nota Oficial

Com relação a obrigatoriedade dos médicos terem que alterar a sua condição de pessoa física para jurídica, por pressão de empresas de medicina de grupo e de auto-gestão, a AMB orienta os médicos que somente façam esta opção se for do seu interesse.

As empresas tem utilizado deste argumento, inclusive ameaçando a classe médica com descredenciamento, com a finalidade de fugir de suas obrigações fiscais.

O custo de formação de uma empresa jurídica para o médico é da ordem de R\$ 1.200,00, com manutenção na faixa de um salário mínimo mensal.

O médico fica obrigado a pagar as anuidade aos Conselhos Regionais em duplicidade, como pessoa física e como jurídica, pois as empresas jurídicas são obrigadas a se registrarem nos Conselhos Regionais.

De acordo com o Código do Consumidor, a responsabilidade da pessoa jurídica passa a ser objetiva. O paciente ao mover ação contra a pessoa física do médico tem a obrigação de provar que este agiu com culpa; por outro lado, em caso de processo contra pessoa jurídica a equação se inverte, tendo esta o dever de demonstrar que sua ação ou omissão não guardou qualquer relação com o prejuízo sofrido pela paciente.

Há também necessidade da empresa ter uma inscrição como pessoa jurídica junto aos municípios, com ônus mensais a título de ISS por cada sócio e pela renovação anual do alvará.

A **ASSOCIAÇÃO MÉDICA BRASILEIRA** conclama os médicos credenciados junto a estas empresas a não alterar a sua condição de pessoa física para jurídica, a não ser que seja do seu próprio interesse. Este é um momento importante na Luta pela Autonomia e Liberdade de Ação do médico junto ao seu paciente.

Qualquer ameaça de descredenciamento por parte destas empresas deverá ser comunicado aos Departamentos de Defesa Profissional das Federadas da **AMB** e estas deverão formalizar denúncia contra os diretores técnicos destas empresas nos **CONSELHOS DE MEDICINA**.

**DIRETORIA DE DEFESA PROFISSIONAL
ASSOCIAÇÃO MÉDICA BRASILEIRA.**

VICE-PRESIDÊNCIA LESTE-CENTRO

Meta é reformular o Clube Médico

Os vice-presidentes da Associação Médica Brasileira passaram a ser responsáveis, nesta gestão, por ações mais efetivas em nome da entidade. “Ao longo dos anos, o vice vinha exercendo um papel quase que exclusivamente estatutário, decorativo. Entendemos que ele deva promover uma grande interação entre a Presidência da AMB e os estados que representa”, diz Lincoln Silveira Freire, vice-presidente da Região Leste-Centro, que engloba os estados de Minas Gerais e Espírito Santo.

“O papel do vice não pode ser confundido com liderar e exercer atividades associativas que caibam ao presidente da federada. Mas sim estreitar o relacionamento da AMB com as entidades estaduais”, frisa.

“A participação dos vices em discussões e reuniões sempre foi muito importante. Mas a relevância e experiência desses profissionais – quase todos ex-presidentes de federadas – precisam ser melhor aproveitadas, em benefício do médico e da entidade”, avalia Lincoln, ele próprio ex-presidente da Associação Médica de Minas Gerais e presidente da Sociedade Brasileira de Pediatria.

A partir do planejamento estratégico, os vice-presidentes da AMB receberam atribuições específicas, designadas pelo Conselho Deliberativo e pela Diretoria Executiva da entidade.



Lincoln Freire: “o papel do vice não pode ser confundido com liderar e exercer atividades associativas que caibam aos presidentes das Federadas”.

“No meu caso, integro a Comissão Nacional de Defesa do Exercício Profissional e estou incumbido de coordenar os trabalhos de reavaliação e reestruturação do Clube Médico”, observa Lincoln Freire. Sobre esse serviço de assistência e previdência, discorre: “Estou cumprindo as decisões do Conselho Deliberativo da AMB e seguindo as orientações do atual presidente do Clube Médico, dr. Eleuses Paiva. Assim, contratou-se uma assessoria técnica que avaliou performance, rendimento e ações do Clube e da Comed, nossa corretora; todas as características do mercado de seguros foram consideradas. Nossa intenção é estarmos absolutamente embasados para remodelar o Clube Médico. A empresa que contratamos foi escolhida entre três indicadas. O parecer foi apresentado à Diretoria Executiva no dia 23 de maio, e ao Conselho Deliberativo e à plenária do Clube Médico nos dias 26 e 27 de maio”.

Arquivo

RAMB

Revista da AMB integra o Scielo

A Ramb – Revista da Associação Médica Brasileira integra, desde o mês passado, juntamente com um seleto grupo de publicações, o site da Scielo, que reúne uma coleção on-line das melhores revistas científicas do País. A interface da Ramb pode ser consultada em duas versões: inglês e português.

A metodologia Scielo, desenvolvida pela Fapesp – Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo, e Bireme – Centro Latino-americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde, permite a publicação das edições integrais da revista, oferecendo ao mesmo tempo acesso a textos completos e a mecanismos de busca por autor, título e assunto. Atualmente conta com 41 revistas, 348 fascículos e cerca de 6 mil artigos. O acesso à Ramb pode ser feito diretamente pelo link Scielo ou através do ícone publicações, existentes na home page da AMB: www.amb.org.br

“A publicação eletrônica é apenas parte do novo projeto que pretendemos implantar para a revista”, explica o editor da Ramb, Maurício Wajngarten. A Ramb foi dividida em oito áreas, tendo os seguintes editores associados: Clínica Médica, Clínica Cirúrgica, Saúde Pública, Pediatria, Ginecologia e Obstetrícia, Bioética, Economia da Saúde e Medicina Baseada em Evidências. A nova Ramb deverá circular no último trimestre do ano não somente com alterações gráficas, mas também apresentará aos leitores seções inéditas, buscando atingir o interesse de toda a classe médica.

“Em relação ao conteúdo editorial, pretendemos desenvolver gradualmente mudanças para fornecer atualização objetiva. Deveremos criar seções com opinião de especialistas, condutas diag-



Maurício Wajngarten, novo editor da Ramb

nósticas e terapêuticas, resumos comentados, publicação e divulgação de consensos, comentários e orientações práticas sobre economia e ética médica”, conta Wajngarten. “Pretendemos que o médico brasileiro tenha orgulho de ser sócio da AMB e que a revista represente a nossa entidade”.

Outro objetivo é aumentar o impacto científico da revista. Para isso a Ramb publicará artigos também nos idiomas inglês e espanhol.

“Preservar a indexação da revista é fundamental”, continua Wajngarten. “Vamos manter a pontualidade de publicação e aprimorar a distribuição garantindo assim que um maior número de colegas receba e leia a revista. Nossa expectativa é tornar a Ramb ainda mais atraente e colaborar para o aprimoramento dos médicos brasileiros, tanto aqueles que praticam apenas assistência como os integrados ao meio acadêmico”, finaliza.

Arquivo

AGENDA DA DIRETORIA

Abril

- 04 Audiência Pública na Assembléia Legislativa São Paulo – Eleuses Paiva
Reunião com Chico Damasco – AMB – Eleuses Paiva
Reunião com Hélio Zylbertajn e Lúcio Antônio P. Dias – AMB
Eleuses Paiva
Reunião com a Unicred do Brasil – Eleuses Paiva
Reunião com Real Visa – AMB – Eleuses Paiva, Paulo Davim, Edmund Baracat e Ricardo Bessa
Entrevista para o CRM – AMB – Eleuses Paiva
Reunião com a Comissão de Acompanhamento e discussão da nova metodologia da LPM – Eleuses Paiva
Reunião com Juvêncio J. Duailibe Furtado – representante da AMB junto a Comissão Nacional de Residência Médica – AMB – Eleuses Paiva
Reunião de Diretoria Executiva – AMB
- 05 Palestra no Congresso da Secretaria Municipal de Assis – Eleuses Paiva
Reunião com Ronaldo L. Bueno – AMB – Eleuses Paiva
Reunião com CFM – AMB – Eleuses Paiva
- 06 Reunião CINAEM – São Paulo – Aldemir H. Soares, Edmund Baracat e José Luiz Gomes do Amaral
- 07 Reunião com Especialidades e Associação Bahiana de Medicina – Salvador – Eleuses Paiva e Aldemir H. Soares
- 10 Reunião com o Cade – AMB
- 11 Reunião com a Univ – Eleuses Paiva
Reunião com a Comissão de acompanhamento e Metodologia da LPM – AMB – Eleuses Paiva
Reunião com Martinho A. R. Silva – AMB – Eleuses Paiva
Reunião de Diretoria Executiva
Reunião com Especialidades e Depto. de Convênios – APM – Eleuses Paiva
Reunião Assembléia Legislativa São Paulo – Audiência Pública – Amílcar Giron
- 12 Reunião com a empresa Boucinhas & Claro – AMB – Eleuses Paiva
Reunião com Neri J. Bottin – Brasília – Eleuses Paiva
Reunião com senador Geraldo Althorf – Brasília – Eleuses Paiva
Participação na Comissão Nacional de Residência – Brasília – Eleuses Paiva
- 13 Reunião com Conselho Nacional de Saúde – AMB – Eleuses Paiva
Reunião do CONASEMS – Brasília – Eleuses Paiva
Reunião Conselho Nacional de Saúde – Reunião Extraordinária – Dr. Eleuses
- 14 Fórum das Entidades Médicas do Estado de Santa Catarina – SC – Remaclo F. Jr
- 17 Reunião do Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro – RJ – Rui Haddad
- 18 Reunião com Associação Médica da Paraíba – PB – Eleuses Paiva e Aldemir H. Soares
Palestra sobre Atividade Médica no Brasil: mercado e perspectivas – PB – Eleuses Paiva
- 19 Reunião com Especialidades e Associação Piauiense de Medicina – PI – Eleuses Paiva e Aldemir H. Soares
Entrega do Certificado do Sistema de Qualidade do PNCQ – RJ – Rui Haddad
- 24 Participação na Cerimônia do Centenário do Prof. Dr. Jairo de Almeida Ramos – APM – Eleuses Paiva
- 25 Reunião de Diretoria Semi Plena – AMB
Reunião do Conselho Fiscal – AMB
Reunião com Samir Bittar – AMB – Eleuses Paiva
Reunião do Conselho Científico – AMB
- 27 Reunião com Chico Damasco – AMB – Eleuses Paiva
Reunião com João Hélio Rocha – AMB – Eleuses Paiva
Reunião com APM de Osasco e Mogi das Cruzes – AMB – Eleuses Paiva
- 28 Participação no Congresso do Colégio Internacional de Cirurgiões – SP – Eleuses Paiva
Participação no Congresso da Sociedade Paulista de Radiologia e Palestra no XII Congresso Brasileiro de Medicina Psicossomática – SP – Eleuses Paiva
- 30 III Congresso Brasileiro sobre Tabagismo – RS – Martinho A. R. Silva

Bahia sedia I Encontro de Entidades Médicas

O Sinam (Sistema Nacional de Atendimento Médico) foi o principal tema discutido durante o I Encontro de Entidades Médicas do Norte e Nordeste, realizado no dia 8 de abril, em Salvador (BA). Outros assuntos abordados foram os serviços públicos de saúde e a criação de um cartão de afinidades para os médicos associados.

O evento foi coordenado pelo vice-presidente da AMB (Região Leste-Nordeste) Jadelson Andrade, e contou com a participação do presidente da AMB, Eleuses Paiva; do secretário-geral da AMB, Aldemir Humberto Soares; do presidente do CRM da Bahia, Aleixo Sepúlveda; e do secretário da Saúde do Estado da Bahia, José Maria de Magalhães Netto, além de presidentes de Federadas, dos vice-presidentes da AMB das regiões Norte, Nordeste e Norte-



Aleixo Sepúlveda (CRM); Roque Andrade (ABM), Eleuses Paiva e Jadelson Andrade (AMB) durante o I Encontro de Entidades Médicas do Norte e Nordeste (esq. para dir.)

Nordeste e outras lideranças médicas locais.

“Ninguém nunca foi contra a idéia central do Sinam, que é a retirada da intermediação das empresa mercantis de saúde entre o médico e o paciente, mas alguns pontos precisam ser revistos”, esclareceu Eleuses Paiva. Os representantes das entidades decidiram que enviarão propostas para

a comissão da AMB encarregada da reformulação do Sinam. “Todos os estados foram chamados a participar. A idéia é elaborar uma proposta que seja consenso entre todos”, afirmou Eleuses.

Concluídos os debates, ficou acertado que as Federadas do Norte e Nordeste irão promover encontros semelhantes a cada três meses.

CURTAS

✓ Para comemorar seus 50 anos, no próximo mês de julho, a Sociedade Brasileira de Reumatologia lançou um livro com a história da entidade e de suas regionais. A obra busca registrar e documentar os fatos e personalidades que marcaram a vida da Sociedade, fundada em 15 de julho de 1949, e que teve Waldemar Berardinelli como primeiro presidente. Hoje, a SBR conta com mais de 1.400 associados e 22 regionais em todo o País.

✓ A home page da Associação Paulista de Medicina (www.apm.org.br) conta, desde de maio, com um espaço dedicado aos planos de saúde. O site apresenta orientações ao consumidor para a escolha de um plano, mensagem dos médicos para os usuários de planos, práticas que prejudicam sua saúde, valores que o médico recebe dos planos, regulamentação, leis e links importantes sobre o assunto.

✓ A Fiocruz, responsável pela pesquisa “Perfil dos Médicos no Brasil”, que apresenta um retrato da realidade dos médicos no País, lançou um site oficial sobre o assunto. Todos os dados relativos aos volumes da pesquisa podem ser acessados através do site: www.ensp/fiocruz.br/perfil.

Alagoas promove curso

Um curso inédito de Medicina Interna será lançado no final do mês pela Sociedade de Medicina de Alagoas. Abrindo a temporada de estudos, dia 30 de junho, o professor Fernando Guimarães abordará o tema Tuberculose Pulmonar Multirresistente, que vem assumindo grande dimensão na saúde pública, decorrente da desnutrição e disseminação da Aids. Todos os demais temas e confe-

rencistas que integrarão o curso também já estão definidos, entre eles Osteoporose, Obesidade, Estresse, Imunoterapia, Hemoterapia, Fibromialgia, Colagenoses, Aids, Artrites, Insuficiência Renal, Antibioticoterapia, entre outros. Mais informações poderão ser obtidas diretamente na SMA pelo tel/fax (82) 223-3463/326-5474 ou e-mail: someal@matrix.com.br.

Encontro das Academias

Foi realizado em Curitiba, de 11 a 13 de maio, o VIII Conclave Brasileiro das Academias de Medicina, com a participação de todo o sistema federativo. No encontro, foi empossada a nova diretoria da Federação Brasileira de Academias – FBAM, exercício 2000-2002, e que tem o médico paranaense Ary de Christan como presidente, em substituição a Waldemir de Bragança. Na oportunidade, foram

prestadas homenagens a personalidades da área médica, entre as quais o diretor de Economia Médica da AMB, Lúcio Prado Dias. No evento, foi aprovado importante manifesto sobre o projeto Genoma Humano, mostrando a preocupação da entidade com o desenvolvimento das pesquisas em biogenética. O próximo conclave da FBAM irá acontecer em Manaus, em 2002.

RIO DE JANEIRO

Somerj amplia atividades no interior do estado

A Sociedade Médica do Estado do Rio de Janeiro está cada vez mais presente no interior. Ano passado, duas novas sociedades foram criadas, em Mata Atlântica e Magé, ampliando para 29 o número de regionais. “A Diretoria da Somerj tem trabalhado muito para fazer com que a entidade esteja cada vez mais presente em todo o Estado, ampliando sua atuação nos municípios. Temos investido em atividades para atrair tanto o médico já formado quanto o que ainda está na faculdade e, também, a população. Na tentativa de integrar os colegas médicos e proporcionar momentos de lazer e reflexão estaremos promovendo, no dia 29 de outubro, a Medicor, uma maratona na Zona Sul do Rio. Nossa proposta de trabalho é de investir mais e mais em atividades desse gênero e também na área científica”, explica o presidente da Somerj, Samuel Kierszenbaum. Um dos projetos de maior sucesso implantado pela atual diretoria, os “Serões da Somerj” têm o objetivo de orientar a população sobre formas de prevenção contra doenças de grande incidência. O primeiro “Serão” foi realizado em março, reunindo mais de 150 pessoas, na sede da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, em palestras sobre doenças respiratórias, contando com o apoio da Sociedade Brasileira de Alergia e Imunopatologia – Regional Rio e da Associação de Asmáticos. Além disso, a Somerj também acaba de criar a Comissão Anti-Tabagismo, que atuará junto com a Coordenação Estadual de Controle do Tabagismo e Outros Fatores de Risco de Câncer, da Secretaria Estadual de Saúde. Para garantir suporte aos eventos que a Somerj realiza, foi criada a Dire-



Samuel Kierszenbaum, presidente da Somerj: pela integração nos campos associativo e científico

toria de Eventos. Visando a assegurar maior solidez à entidade para que possa atuar, cada vez mais, na defesa profissional, foi criada a Diretoria de Marketing e Empreendimentos. Buscar a participação associativa dos cooperados do Sistema Unimed, dos alunos e docentes dos cursos de Medicina é outra prioridade da Somerj. No caso dos alunos e docentes, estão sendo feitas visitas às faculdades de Medicina e um trabalho permanente junto à Coordenação Regional da Associação Brasileira de Ensino Médico. **Central de Convênios** - O fortalecimento da Central de Convênios no Estado do Rio também vem merecendo atenção especial da Somerj, seja na realização de reuniões e encontros ou na produção de material de divulgação. Uma nova home page, com programa de busca capaz de localizar os médicos integrantes da Central de Convênios por nome, especialidade, cidade ou a combinação de todos esses dados, estará disponível em breve, junto com a edição de boletins regulares e o lançamento da primeira edição do Livro Regional de Saúde.

RIO GRANDE DO SUL

Amrigrs desenvolve ação conjunta com Especialidades

A cidade de Santa Maria (RS) sediou, de 17 a 20 de maio, o 17º Congresso da Associação Médica do Rio Grande do Sul – maior evento de atualização científica do Estado no campo da medicina, que neste ano teve cerca de 1.500 participantes. O tema central foi “Prevenção”.

Com a colaboração de 30 das 43 Sociedades de Especialidade filiadas à Amrigrs, o programa abordou os principais avanços na prevenção em diferentes áreas, oferecendo ainda cursos e conferências de atualização em temas de conhecimento básico. A exemplo das edições anteriores, o congresso tam-

bém abriu espaço para a discussão do mercado de trabalho, das políticas de saúde e do exercício profissional, com o simpósio “Medicina x Mercado: Perspectivas Futuras da Profissão Médica”.

O 17º Congresso foi o segundo grande evento, no espaço de um mês, realizado pela Amrigrs em municípios do interior gaúcho. No dia 5 de maio, a entidade promoveu, em Pelotas, um seminário sobre medicamentos genéricos, reunindo autoridades sanitárias, laboratórios, médicos e farmacêuticos, objetivando estabelecer as responsabilidades dos diversos setores envolvidos com a implantação da nova legislação.

“Nossa meta é interiorizar as atividades da Amrigrs”, afirma o presidente Hilberto Corrêa de Almeida, lembrando que, desde o último mês de outubro, quando assumiu a atual diretoria, foram adotadas várias iniciativas para ampliar a participação dos médicos do interior, que representam hoje 50% dos 13 mil sócios da entidade.

Entre essas iniciativas está a ampliação do website (www.amrigrs.com.br),



Hilberto C. de Almeida, presidente da Amrigrs: atualização científica e defesa profissional

que, além de divulgar as ações e serviços da entidade, passará a oferecer também informações sobre educação continuada, através da disponibilização on-line de cursos e palestras realizadas na sede, em Porto Alegre.

Defesa Profissional

Outra preocupação da atual diretoria diz respeito a uma maior integração com as Sociedades de Especialidade e as associações de médicos em hospitais. Em abril, a Amrigrs realizou uma série de reuniões para definir estratégias de lutas conjuntas na área da defesa profissional.

As ações da entidade estão direcionadas prioritariamente para a defesa do médico e a qualidade da saúde da população. É idéia da diretoria é formar uma frente de atuação permanente que contemple os múltiplos aspectos da defesa profissional, como a imagem do médico, sua inserção na comunidade, a questão das demandas judiciais, o mercado de trabalho e os honorários.

PIAUI

APM prepara novos benefícios para associados

Menos de cinco meses após ter assumido a Associação Piauiense de Medicina – APM – sua posse aconteceu em dezembro do ano passado – o presidente Roberval Sales Leite já apresenta os primeiros resultados de sua curta gestão: no próximo mês de agosto deverá ser inaugurado o Parque Aquático da APM, complexo de diversão construído numa área de 3 hectares, distante apenas 12 quilômetros de Teresina.

“Esse é apenas um dos benefícios que esta diretoria prepara para os associados da APM”, explica Roberval. “Já criamos a Central de Convênios que, em breve, estará funcionando e oferecendo outras vantagens para os nossos sócios”, garante.

Todo esse investimento tem uma grande preocupação: tentar reduzir o alto índice de inadimplência no estado, hoje atingindo 78%. O estado do Piauí conta com cerca de 2 mil médicos, dos quais 1.200 são filiados à APM.

“Estamos trabalhando arduamente para reverter esse quadro”, afirma Roberval. “Estamos reativando nossos veículos de comunicação, o jornal e a revista, com o objetivo de que voltem a circular normalmente. Além disso, queremos fazer com que nossa entidade seja mais atuante junto aos associados, congregando-os através de realizações científicas e sócio-culturais”, completa.

O primeiro grande evento na área científica aconteceu no mês passado, de 19 a 21 de maio, quando a APM promoveu a 10ª Jornada Médica de Picos, a primeira das seis programadas para este ano. A jornada contou com a rea-

lização de 13 mesas-redondas e oito conferências. Na área cultural, a diretoria competente já está trabalhando no sentido de promover shows musicais com artistas locais e de renome, visando buscar recursos extras à entidade.

Outra preocupação da atual diretoria da APM é aperfeiçoar o bom relacionamento já existente entre a entidade, o Sindicato dos Médicos e o Conselho Regional de Medicina. A principal preocupação, já demonstrada pelas três entidades, é celebrar convênios que visem a melhoria do salário médico. Atualmente,

as entidades estão empenhadas numa campanha que visa facilitar o acesso à área central de Teresina.

“Temos hoje em nossa cidade 12 tomógrafos e, além disso, sua situação geográfica, próxima de outros estados, faz com que Teresina receba um grande número de pacientes de regiões próximas. Nossa preocupação é facilitar o trânsito não só para os moradores da cidade, como para aqueles que nos visitam”, explica.

Atualmente, a Associação Piauiense de Medicina ocupa três andares de um prédio próprio na região central da cidade. Nele funciona a sede administrativa da entidade, contendo um andar térreo – totalmente alugado para aumentar a receita da APM – sete salas, as quais abrigam as Sociedades de Especialidade, além de um auditório.

“Ainda temos muito trabalho pela frente. Nossa principal preocupação, repito, é tornar a APM mais atuante. Com isso, acredito que conseguiremos reduzir a inadimplência e conquistar novos associados”, finaliza Roberval.



Roberval: benefícios aos associados

PARAÍBA

AMPB trabalha na busca pela unidade médica

O presidente Wilberto Trigueiro assumiu a Associação Médica da Paraíba em outubro do ano passado e entre suas principais metas está o resgate da credibilidade da entidade perante a classe médica. “Temos procurado fazer um trabalho visando a união dos médicos na luta pela suas reivindicações a fim de reconquistarmos a valorização e o respeito que a classe merece”, afirma Wilberto. “Entendemos que o trabalho concomitante com os Conselhos de Medicina e a área sindical, cada um em sua área de atuação, é o

caminho mais sensato e fundamental nesta etapa de discussão dos nossos problemas, bem como do amadurecimento e solidificação das nossas propostas”, completa. O presidente da AMPB pretende também contar com o apoio da sociedade civil nesse processo. Nesse sentido, a entidade está elaborando o projeto “Medicina para o povo”, que constará de uma série de palestras que serão realizadas mensalmente estimulando o debate



Wilberto Trigueiro: ações pela classe

com a comunidade sobre a prevenção de determinadas doenças, como DST, cegueira, câncer de pele e ginecológico, doenças coronarianas, e outras. “Procuraremos ouvir da população suas principais queixas sobre assistência à saúde. Isto certamente nos dará subsídios para elaborarmos relatórios, os quais serão debatidos com os órgãos governamentais específicos”, explica Wilberto. Na área de comunicação, a AMPB terá a partir deste mês uma coluna semanal num dos jornais da cidade, o que permitirá a veiculação de notícias da entidade, como outras de interesse da po-

pulação. “Além disso, teremos o lançamento do nosso boletim informativo para os quatro mil médicos do Estado, que no próximo número trará uma entrevista com o presidente da AMB, Dr. Eleuses Paiva, em sua recente visita a João Pessoa, e também as nossas metas de trabalho”, explica Wilberto. Outra preocupação da entidade é conhecer o perfil do médico paraibano. Para isso, juntamente com CRM-PB, irá elaborar um questionário dirigido à classe médica na busca por informações mais profundas das dificuldades que a classe enfrenta.

Na área científica, a AMPB realizará em junho, em Campina Grande, o XXI Congresso Médico Estadual. Outras atividades na área de educação médica continuada já estão sendo elaboradas. Preocupada com seus associados, a AMPB criou o Departamento de Convênios, que já iniciou uma luta contra empresas de medicina de grupo que desejam transformar o convênio pessoal do médico em empresa jurídica, repassando-lhe uma carga tributária que não lhe compete. Além disso, a entidade está em entendimentos com a UNIMED local no sentido de oferecer um plano de saúde aos médicos que não dispõem de assistência médica. “Procuramos dar continuidade ao trabalho iniciado na gestão anterior do Dr. João Modesto e que já começa a dar sinais de crescimento e de credibilidade; porém, é imperioso um maior envolvimento e compromisso de todos os médicos para que a nossa entidade se fortaleça, tenha representatividade e cumpra com seus reais objetivos que é o engrandecimento da medicina paraibana”, finaliza Wilberto.

Lei garante qualidade do ensino médico em SC

A criação de novas faculdades de medicina no Estado de Santa Catarina só será autorizada após avaliação dos Conselhos Estaduais de Educação e Saúde, devendo observar critérios como necessidade social, as condições de saúde regionalizadas, disponibilidade do corpo docente, infra-estrutura e equipamentos adequados e até mesmo número de vagas compatível com as condições existentes em cada área geográfica do estado. A nova lei (nº 11.378), pioneira no País, foi publicada no Diário Oficial de Santa Catarina no último dia 24 de abril e constitui uma das mais importantes vitórias das entida-

des que representam a classe médica catarinense.

Nos últimos anos a Associação Catarinense de Medicina, o Conselho Regional de Medicina e o Sindicato dos Médicos de Santa Catarina (ACM, Cremesc e Simesc) vinham trabalhando para garantir a qualidade do ensino médico no estado, através da defesa das condições necessárias para a formação dos novos profissionais do setor.

“Em 1998, quando teve início o “boom” das escolas médicas no estado, as entidades conseguiram que fosse criada, no âmbito do Conselho Estadual de Educação, a Comissão de Avaliação do Ensino Médico. O grupo, com a participação dos médicos, preparou

um amplo documento regulamentando a abertura de novos cursos, aprovado por unanimidade na plenária do CEE. O texto chegou às mãos dos presidentes das Comissões de Saúde e Educação da Assembléia Legislativa, tendo originado o projeto de lei que foi aprovado pelos parlamentares, também por unanimidade”, explica Remaclo Fischer Junior, vice-presidente da AMB, que na época dirigia a ACM.

A última ação das entidades foi a criação da campanha “Novos Cursos de Medicina: Combata mais esta Epidemia”, durante o III Fórum das Entidades Médicas Catarinenses (Femesc), realizado em abril, no balneário Camboriú.



LIDERANÇAS MÉDICAS REUNIDAS – Aconteceu em João Pessoa (PB) durante encontro promovido pela Associação Médica da Paraíba. Os presidentes da AMB, Eleuses Paiva, do Sindicato dos Médicos da Paraíba, Renô Macaúbas, do Conselho Regional de Medicina-PB, Humberto Gouveia e da Associação Médica da Paraíba, Wilberto Trigueiro, discutiram problemas comuns referentes à classe médica.

Central une os médicos do Rio

A discussão dos detalhes finais para produção do Livro Regional de Saúde foi a tônica da reunião entre representantes de Sociedades de Especialidade e coordenadores da Central de Convênios, realizada no dia 16 de maio, no Centro Empresarial Rio, em Botafogo. O livro terá versão on line na Internet, com sistema de busca que permitirá localizar os médicos participantes pelo nome (completo ou não) e especialidade. O presidente da AMB, Eleuses Paiva, participou do encontro e elogiou a Central de Convênios, classificando-a como uma idéia genial e de grande importância para a organização dos médicos, que poderá ser levada para outros estados. Eleuses pediu aos médicos que rompam com a atitude contemplativa que têm tido com relação à crise da saúde no



Eleuses (em pé): trabalho pode servir de exemplo para todo o País

Brasil e fez duras críticas ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), do Ministério da Justiça, e ao poder econômico das empresas de saúde. A participação efetiva das Especialidades no processo de conscientização e mobilização dos médicos em torno da Central de Convênios do Rio tem se intensificado graças a um trabalho iniciado em setembro do ano passado pelos coordenadores do movimento. Foram promovidas reuniões com cada uma das Sociedades, com o objetivo de saber o que vinha dificultando a integração, bem como coletar informações e sugestões sobre a organização do movimento.

“A Central de Convênios se compara a um processo terapêutico mais complexo. Há todo um processo de intervenção com

um tempo necessário para ser assimilado. Só assim podemos mudar de uma relação individual para outra, coletiva, que traga benefícios tanto para o médico quanto para os seus pacientes”, explica Marcos Sarvat, secretário geral da Somerj e um dos maiores entusiastas da Central de Convênios. De acordo com o médico, apesar de o número de adesões à Central continuar crescendo - já são mais de seis mil - é indispensável maior mobilização das Sociedades de Especialidade. E isso deve ser feito, primeiro, para que todas elas compreendam o que é a Central e como será o seu funcionamento e, depois, para que levem essas informações aos seus associados, e obtenham consenso sobre suas necessidades e particularidades.

Centenário Jairo Ramos



Osmar Bustos

A Associação Paulista de Medicina realizou, dia 24 de abril, uma homenagem ao “Centenário de Nascimento” do médico Jairo Ramos, um dos idealizadores da Associação Médica Brasileira e também um dos fundadores da Escola Paulista de Medicina, hoje, Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Jairo Ramos foi, ainda, presidente da APM nos anos de 1945 a 1952 e de 1955 a 1956.

A noite de homenagem teve a

presença de seus familiares e de diversas autoridades da área médica e política. Seu filho, Jairo Luiz Ramos, compôs a mesa de cerimônia, ao lado do presidente da casa, José Luiz Gomes do Amaral; do diretor cultural Guido Palomba; do presidente da AMB, Eleuses Vieira de Paiva; do presidente do Cremesp, Pedro Paulo Roque Montealeone, do reitor da Unifesp, Hélio Egídio Nogueira e de Jair Xavier Guimarães, da Unifesp.



Divulgação

A exemplo do que ocorreu na Paraíba, membros da Diretoria da AMB também estiveram reunidos com lideranças médicas do Piauí. Na foto, da esquerda para a direita: Antonio de Deus Filho, diretor do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Piauí; Nodgi Nogueira Filho, representante do CRM-PI; Dib Tajra, presidente do Sindicato dos Hospitais do Piauí; Roberval Sales Leite, presidente da Associação Piauiense de Medicina, Eleuses Vieira de Paiva e Aldemir Humberto Soares, presidente e secretário-geral da AMB, respectivamente.

Micardis – Bula Resumida:
COMPOSIÇÃO: 1 comprimido: telmisartam, 40 ou 80 mg. **INDICAÇÕES:** Hipertensão essencial. **POSOLÓGIA:** Adultos: 40 mg 1x/dia, até um máximo de 80 mg 1x/dia. Diuréticos liazídicos: potencializam o efeito hipotensivo. Efeito máximo obtido após 4 a 8 semanas. Insuficiência renal: não há necessidade de ajuste posológico. Não é eliminado por diálise. **Insuficiência hepática leve a moderada:** exceder 40 mg 1x/dia. Idosos: não há necessidade de ajuste posológico. Crianças: Segurança e eficácia desconhecidas. **CONTRA-INDICAÇÕES:** Hipersensibilidade aos ingredientes ativos ou excipientes. Gravidez e lactação. Obstrução biliar. Insuficiência hepática e/ou renal severa. **PRECAUÇÕES ESPECIAIS:** Hipertensão renovascular: estenose bilateral das artérias renais ou estenose da artéria com um único rim funcionando, risco aumentado de hipotensão severa ou insuficiência renal. **Insuficiência renal ou transiente. Fígado:** monitorização periódica de K(potássio) e creatinina plasmáticas. Não há experiência em pacientes com transplante renal recente. Deposição de volume intravascular: hipotensão sintomática (primeira dose), especialmente com depleção de volume ou uso de Na(Sódio); corrigir antes da administração. **Outras condições com estimulação do sistema renina-angiotensina-aldosterona (SRAA):** hipertensão aguda, hiperzotemia, oligúria ou, raramente, insuficiência renal aguda. **Aldosteronismo primário:** não recomendado. **Estenose aórtica e mitral, cardiomiopatia obstrutiva hipertrofica:** precaução especial. **Hipertossesmia:** Monitorar a potessemia em pacientes de risco. Diuréticos poupadores de K, suplementos de K, sais de potássio ou outros podem aumentar a potessemia. **Distúrbios hepato-biliares (obstrução biliar ou insuficiência hepática):** clearance reduzido (eliminação biliar). **Intolerância hereditária à frutose** (os comprimidos contêm sorbitol). **Outras condições com estimulação do SRAA:** Condições dependentes da atividade do SRAA (insuficiência cardíaca congestiva severa): hipertensão aguda, hiperzotemia, oligúria ou, raramente, insuficiência renal aguda. **Outros:** eficácia menor na raça negra. **Cardiopatias isquêmicas ou doença cardiovascular isquêmica:** redução excessiva da pressão arterial. **INTERAÇÕES MEDICAMENTOSAS:** Potencializa o efeito hipotensivo de outros anti-hipertensivos. Digoxina: aumenta em 20% a concentração plasmática média. **Lítio:** possibilidade de aumento reversível da concentração plasmática e toxicidade; monitorização. **GRAVÍDEZ E LACTAÇÃO:** Contra-indicado. **EFEITOS COLATERAIS:** Diarreia e angioedema. Guardar fora do alcance das crianças! **VER-SÃO:** MICAR-R-0002 1/01

TÍTULO DE ESPECIALISTA

Ginecologia e Obstetrícia

A Federação Brasileira das Sociedades de Ginecologia e Obstetrícia – Febrasgo abriu as inscrições para TEGO/2000. As inscrições poderão ser realizadas nas Federadas até o dia 21 de junho, sendo que as provas escritas acontecerão no dia 27 de Agosto. Pré-requisitos: estar inscrito no CRM e estar formado, no mínimo, há dois anos na data prevista para as provas. Outras informações, diretamente na Febrasgo: tel. (11) 573.4919/1674; fax: 5082. 1473; e-mail: secretaria-executiva@febrasgo.org.br ou home page: febrasgo.com.br.

Psiquiatria

A Associação Brasileira de Psiquiatria realizará, no dia 25 de outubro, durante o XVIII Congresso Brasileiro de Psiquiatria, no Rio de Janeiro, exames para obtenção do Título de Especialista em Psiquiatria e dos Títulos com Área de Atuação em Psiquiatria da Infância e Adolescência e Psiquiatria Forense. As inscrições vão até o dia 30 de junho. Informações junto à ABP, pelos telefones (21) 252.5994 e 221.4409.

Patologia Clínica/ Medicina Laboratorial

A SBPC/ML informa que estão abertas as inscrições ao Concurso para Obtenção do Título de Especialista em Patologia Clínica, cujo prazo encerra-se no dia 6 de julho. O exame será realizado no dia 4 de setembro. Os pré-requisitos encontram-se nas "Normas para Obtenção do Título de Especialista em Patologia Clínica". Informações completas junto a SBPC/ML, pelo telefone (21) 558.1024. E-mail sbpc@sbpc.org.br.

Gastroenterologia

A FBG informa que estará recebendo, até o dia 8 de setembro, inscrições ao Concurso para Obtenção de Título de Especialista em Gastroenterologia, que será realizado entre os dias 8 e 13 de outubro, em Foz do Iguaçu (PR), durante o XXXVI Congresso Brasileiro da especialidade.

Informações sobre regulamentos, taxas, pré-requisitos, documentos necessários etc. devem ser solicitados à FBG, telefone (11) 813.1610.

Cirurgia Digestiva

O CBCD realizará, nos dias 6 de julho e 13 de outubro, concurso para obtenção do Título de Especialista em Cirurgia Digestiva. A data das provas coincidem, respectivamente, com o Gastrão-SP e a 4ª. Semana do Aparelho Digestivo (Foz do Iguaçu-PR). As inscrições serão aceitas até 30 dias antes da primeira avaliação. Informações, na Secretaria do CBCD, pelos telefones (11) 288.8174 e (11) 289.0741.

Otorrino

Concurso de Título de Especialista em Otorrinolaringologia será realizado nos dias 12 e 13 de fevereiro de 2001, informa a Sborl. A data-limite para recebimento de inscrições é 10 de outubro de 2000. Informações sobre pré-requisitos, taxas, critérios de avaliação etc. podem ser obtidos pelos telefones (11) 3051.4268 e (11) 3051.5044. E-mail: Webposter@sborg.com.br.

Neonatologia

Estarão abertas, de 1º de junho a 30 de agosto, as inscrições no concurso para obtenção do Certificado de Atuação em Neonatologia, conferido pela SBP a médicos já portadores do Título de Especialista em Pediatria. A prova será realizada no dia 2 de dezembro, durante o V Congresso Latino-Americano de Perinatologia, no Rio de Janeiro. Informações junto à SBP, telefone (21) 548.1999. E-mail: Sbp@sbp.com.br.

Homeopatia

Informa a AMHB: as inscrições para o Concurso de Título de Especialista em Homeopatia serão aceitas até o dia 30 de julho, com o envio dos documentos necessários à secretaria da entidade. Informações sobre pré-requisitos, taxas, bibliografia etc. podem ser obtidas pelo telefone (82) 326.5851. E-mail: amhb@amhb.org.br. A prova será realizada no dia 6 de setembro, no Rio de Janeiro, durante o XXV Congresso Brasileiro de Homeopatia.

Cardiologia

A Socesp – Sociedade de Cardiologia do Estado de São Paulo, em conjunto com a Sociedade Brasileira de Cardiologia, estará realizando de 28 de junho a 2 de julho, no Instituto Dante Pazzanese, em São Paulo, o IX Curso Nacional de Reciclagem. Outro evento promovido pela Socesp é o XIII Curso de Psicologia Aplicada à Cardiologia, evento que acontecerá de 7 de agosto a 6 de dezembro, no auditório do Hospital do Coração. O evento é dirigido a estudantes do 5º ano de Psicologia e profissionais já formados e acontecerá às segundas e quartas-feiras, das 19h00 às 21h30, com aulas teóricas e atividades práticas. Informações: tel. (11) 289-7610 ou e-mail: socesp@mandic.com.br.

Direito de Resposta

Homeopatia

Em relação à matéria Homeopatia, publicada na página 14 da edição janeiro/fevereiro/março de 2000, a empresa Probios, representante no país do laboratório Heel, solicita o direito de resposta para os seguintes esclarecimentos:

1. É totalmente descabida a alegação de que a Probios, representante do Laboratório Heel, estaria comercializando remédios homeopáticos sem registro no Ministério da Saúde. À luz das leis vigentes, somos isentos de registros, enquanto não haja mudanças no regulamento técnico sobre Registros de Medicamentos Homeopáticos.
2. Igualmente, esclarecem que a comercialização de nossos medicamentos é feita com prescrição médica, quando necessário, e que o controle das receitas é realizado pelas farmácias.
3. Também é infundada a alegação de que estaríamos comercializando produtos com preço muito acima do mercado. O preço de tratamento com os medicamentos por nós representados são moderados e podem ser considerados justos, seja por sua notória qualidade, seja se comparado com produtos equivalentes manipulados e apenas não são mais baratos em razão do "custo-Brasil". Ademais, não aumentamos os preços dos produtos desde março de 1999.

XX Congresso de Nefrologia aguarda duas mil inscrições

No ano em que comemora o seu 40º aniversário, a Sociedade Brasileira de Nefrologia realiza também o XX Congresso Brasileiro, o Nefro 2000. Para o evento, que acontecerá na cidade de

Natal, Rio Grande do Norte, de 24 a 27 de setembro e terá a participação de convidados nacionais e estrangeiros, são esperados 2 mil participantes.

"Serão abordados temas de grande interesse por parte dos nefrologistas, que vão desde as áreas básicas até aspectos clínicos e epidemiológicos, numa integração entre pesquisadores, epidemiologistas, clínicos e transplantadores renais", afirma José Bruno de Almeida, presidente da Comissão Organizadora.

O encontro contará com a realização de cursos, debates, fóruns, simpósios, conferências e apresentações orais. Na sessão Perspectivas em Nefrologia, está programada uma teleconferência utilizando a mais moderna tecnologia em comunicação: a Internet 2.

"Além disso, teremos ainda mini-conferências, que encerrarão as apresentações orais dos Temas Livres. As sessões de anátomo-clínica e clínico fisiopatológicas e o Nephrology Forum do Kidney International sobre Insuficiência Renal Aguda são ou-

tras novidades do Congresso", completa José Bruno.

O evento tem início no dia 24, celebrando os 40 anos da Sociedade Brasileira de Nefrologia, e termina no dia 27 discutindo questões contem-

porâneas em nefrologia. Paralelamente ao Congresso, estão previstas, nos dias 25 e 26, as assembleias ordinária e extraordinária da SBN e também a realização do X Congresso Brasileiro de Enfermagem em Nefrologia, promovido pela Sociedade Brasileira de Enfermagem em Nefrologia.

No final da tarde do dia 24, está programado o Fórum sobre o Exercício Profissional, que terá a participação do presidente da AMB, Eleuses Vieira de Paiva, e entre os convidados Renilson Rehen, secretário do Ministério da Saúde, Ruben Araújo de Mattos e o americano David Himmelstein, professor da Harvard Medical School, que já esteve no Brasil à convite da AMB, e que debaterá o tema Avanço do Managed Care na América Latina.

O programa completo do Congresso poderá ser obtido junto à secretaria geral da Nefro 2000: Rua 8 de dezembro, 547 – Graça – Cep 40150-000, Salvador Bahia, tel (71) 264.3477, fax (71) 264.0508 ou pela Internet, através da home page: www.nefro2000.digi.com.br.



Parceiros de verdade

LPM/2000 será, de fato, fruto do trabalho conjunto entre entidades médicas

Todos os detalhes sobre o processo de elaboração da nova Lista de Procedimentos Médicos foram apresentados, dia 3 de maio, ao Conselho Federal de Medicina. Em reunião na sede da Associação Médica Brasileira, em São Paulo, diretores e conselheiros do CFM assistiram a uma explanação do professor Hélio Zylberstajn, da Fipe (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas), sobre a metodologia proposta para a LPM. “Estamos aqui para ouvir, tirar dúvidas e iniciar esta caminhada ao lado da AMB”, afirmou o presidente do CFM, Edson de Oliveira Andrade. Durante o I Encontro Nacional dos Conselhos de Medicina do Ano 2000, realizado em março, o CFM oficializou sua participação, em parceria com a AMB, na construção do novo documento.

“Nossas entidades estão cada vez mais próximas. A AMB não tem nenhum projeto pronto – cada passo está sendo discutido com as Sociedades de Especialidade e, agora, com o CFM”, observou o presidente da AMB, Eleuses Paiva. O diretor de Economia Médica da AMB, Lúcio Prado Dias, coordenador da LPM, projetou transparências descrevendo cada uma das etapas do processo.

“A Fipe está propondo que



Fotos Osmar Bustos

Ao lado, o professor Hélio Zylberstajn, da Fipe, explica aos conselheiros do CFM a metodologia para elaboração da nova LPM. Abaixo, da esquerda para a direita, Aldemir Humberto Soares (AMB), Edson de Oliveira Andrade (CFM), Eleuses Paiva (AMB), Lúcio Prado Dias (AMB) e Hélio Zylberstajn (Fipe)

se construa uma escala de honorários médicos por critério de pontuação, estabelecendo atributos ao ato médico que sirvam como mecanismo de valorização do trabalho”, resumiu Zylberstajn. E acrescentou: “Temos um interesse muito grande no projeto, inclusive do ponto de vista acadêmico. O grupo que está desenvolvendo as pesquisas pretende criar, no âmbito da USP, um espaço específico para estudos de economia na área de saúde.”

Zylberstajn salientou, em

sua explanação, que a Fipe tem condições de realizar um minucioso levantamento, em níveis regional e nacional, sobre preços de insumos e equipamentos, de forma a possibilitar que a LPM relacione separadamente o valor do ato médico e o de tais custos. “Quando o ato médico aumenta em 30%, por exemplo, não significa que o custo do insumo deva subir 30%, ou vice-versa. Por isso deve haver essa separação na tabela”, explicou Eleuses Paiva.



Metodologia baseia-se em atributos do ato médico

A Lista de Procedimentos Médicos da Associação Médica Brasileira e do Conselho Federal de Medicina deverá estar concluída até o final do ano. Pela primeira vez, os médicos terão uma tabela editada pelas duas entidades médicas nacionais, fruto de um amplo debate com as Sociedades de Especialidade e assessorada pela Fipe (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas), com vistas à sua viabilização econômica. O Ministério da Saúde também participa do processo. Cooperativas e empresas contratantes estão sendo convidadas a opinar.

A Fipe baseia sua proposta na definição de atributos inerentes ao ato médico e sua importância relativa, escolha de atos-âncora (ou atos típicos) em cada uma das especialidades e a diferenciação entre atos puros e os que envolvam equipamentos e insu-

mos. Confrontados os itens apontados pelas áreas clínica, cirúrgica e de SADT, concluiu-se que, no ato médico, o tempo é o fator mais importante. Os demais atributos, como qualificação do profissional, complexidade, insalubridade etc., estão sendo definidos.

Cada uma das Sociedades entregará à Fipe a relação dos seus respectivos atos-âncora, além da listagem completa dos procedimentos da Especialidade, limitados em 10% além dos constantes da LPM/99. A partir daí, a Fipe dará início à elaboração propriamente dita da nova LPM, aplicando seus conceitos metodológicos sobre cada procedimento, numa minuciosa pesquisa junto às sociedades especializadas. Outros aspectos serão considerados num passo seguinte: estratégias para negociação e implantação, regionalização e atualizações permanentes.